



**GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ**
Secretaria do Planejamento e Gestão
Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará – IPECE

**RELATÓRIO DE ACOMPANHAMENTO DO DESEMPENHO SWAP II
MISSÃO DO BANCO MUNDIAL 14 – 17 DE DEZEMBRO DE 2009**

DEZEMBRO/2009

SUMÁRIO

1. Acompanhamento do Desempenho do SWAP II
2. Envolvimento Setoriais (Anexo I)
3. Acompanhamento dos Indicadores Primários - Sinalização e Realizado (Anexo II)
4. Acompanhamento dos Indicadores Secundários - Sinalização e Realizado (Anexo III)
5. Acompanhamento das Despesas Elegíveis – Sinalização e Realizado (Anexo IV)
6. Acompanhamento dos Projetos de Assistência Técnica – Sinalização (Anexo V)
7. Sumário das Pendências da Missão de Junho/09 (Anexo VI)
8. Deliberação COGERF 707/2009 (Anexo VII)
9. Justificativa da SECITECE – Ceará Digital (Anexo VIII)
10. Justificativa da SESA – Indicadores 7a e 9 (Anexo IX)
11. Nota Técnica da COGERH – Indicador 10 (Anexo X)
12. Relatório Bimestral da CAGECE – Salvaguardas (Anexo XI)
13. Ofício da SEDUC – Indicador 5 (Anexo XII)
14. E-mail da CIDADES – Salvaguardas (Anexo XIII)

ACOMPANHAMENTO DO DESEMPENHO DE INDICADORES PRIMÁRIOS, INDICADORES SECUNDÁRIOS, PROGRAMAS ELEGÍVEIS, PROJETOS DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E SALVAGUARDAS POR SETORIAL

1 SECRETARIA DA FAZENDA – SEFAZ

1.1 INDICADORES PRIMÁRIOS

➤ **Saldo Fiscal Corrente do Estado (Receitas Correntes – Despesas Correntes).**

- Meta 2009: R\$ 1.146 milhões
- Posição em 30/11: R\$ 1.253 milhões
- Justificativa: As receitas correntes e as despesas correntes se comportam conforme o esperado.
- Perspectiva de cumprimento: Estima-se que a meta permanecerá cumprida.
- Sinalização de cumprimento: VERDE

➤ **Índice de Hefirndahl de arrecadação do ICMS.**

- Meta 2009: $\leq 0,35$
- Posição em 30/11: 0,30
- Justificativa: Não há nenhuma indicação de que haja concentração de arrecadação do ICMS em algum dos setores estudados que possa aumentar o índice além da meta.
- Perspectiva de cumprimento: Estima-se que a meta permanecerá cumprida.
- Sinalização de cumprimento: VERDE

➤ **Proporção de Registros Empresariais no CGF concluídos dentro de 72 horas.**

- Meta 2009: $\geq 24\%$
- Posição em 30/11: 29%
- Justificativa: Meta cumprida.
- Perspectiva de cumprimento: Estima-se que a meta permanecerá cumprida.
Sinalização de cumprimento: VERDE

1.2 INDICADORES SECUNDÁRIOS

➤ **Implementação da reforma da gestão financeira com base no diagnóstico do PEFA.**

- Meta 2009: -
- Posição em 30/11: -
- Justificativa: Protocolo do indicador ainda não elaborado. Estão definindo as áreas de atuação, mas a SEFAZ acredita que o indicador será cumprido, portanto a sinalização é verde.

1.3 PROJETOS DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA

➤ **Financiamento de recomendações apresentadas em diagnóstico sobre implantação do PEFA no Estado.**

- Valor: US\$300 mil
 - Início do Processo: Novembro/2009
 - Fim do Processo: Setembro/2010
 - Previsto para 30/11/09: -
 - Posição em 30/11/09: - *
 - Sinalização de cumprimento do Plano de Licitações: VERDE.
- * Termo de Referência sendo elaborado em dezembro conforme previsto no Plano de Licitações

1.4 PENDÊNCIAS

- Protocolo do Indicador Primário solicitado por Cristian Quijada Torres
- Protocolo do Indicador secundário, ainda não definido

2 SECRETARIA DO PLANEJAMENTO – SEPLAG

2.1 INDICADORES PRIMÁRIOS

➤ **Número de Secretarias Setoriais com relatórios anuais de desempenho validados pela SEPLAG e pelo COGERF e colocados na página eletrônica da SEPLAG.**

- Meta 2009: 8
- Posição em 30/11: -
- Justificativa: Modelo de Relatório de Desempenho Setorial – RDS para o ano de 2009 elaborado. Secretarias selecionadas: SEDUC, SESA, SECITECE, CIDADES, SRH, CONPAM, SEINFRA e SDA. Foi realizada uma reunião em 03/12 com as secretarias envolvidas para apresentar o guia de preparação do RDS, os relatórios que subsidiarão a elaboração do RDS, e o calendário das atividades até a validação pelo COGERF.
- Perspectiva de Cumprimento: Não haverá dificuldades para o cumprimento da meta dentro do prazo estabelecido.
- Sinalização de cumprimento: VERDE

➤ **Número de “Relatórios de Produtos - Resultados” (RPR) validados pelo COGERF e colocados na página eletrônica da SEPLAG.**

- Meta 2009: 3
- Posição em 30/11: -
- Justificativa: O único licitante a participar foi inabilitado e tem até 11/12/09 para entrar com recurso administrativo para recorrer da decisão.
- Perspectiva de cumprimento: Se a licitação ocorrer sem problemas a contratação deverá ser em fevereiro de 2010.

- Plano de Ação: Acompanhamento pela UGP de cada passo da licitação.
- Sinalização de cumprimento: AMARELO

2.2 INDICADORES SECUNDÁRIOS

➤ Informações sobre GPR refletidas na apresentação do orçamento anual e no Discurso anual do Governador na Assembléia.

- Meta 2009: Informações sobre resultados e indicadores da GPR na Mensagem do Governador que integra o documento do PPA revisado para o período 2010-2011. Pronunciamento do Governador na abertura da Sessão Legislativa de 2010 com foco nas informações da GPR.
- Posição em 30/11: -
- Perspectiva de cumprimento: Meta será cumprida.
- Sinalização de cumprimento: VERDE

➤ Cruzamento dos cadastros de pensões com bancos de dados federais para identificar irregularidades.

- Meta 2009: 0 – 3 meses
- Posição em 30/11: 1,94 meses
- Perspectiva de cumprimento: Meta será cumprida.
- Sinalização de cumprimento: VERDE

2.3 PROJETOS DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA

➤ Suporte para disseminação do modelo de Gestão por Resultados

- Valor: US\$200 mil
- Início do Processo: Julho/2009
- Fim do Processo: Fevereiro/2011
- Previsto para 30/11/09: Elaboração Manifestação de Interesse
- Posição em 30/11/09: Elaboração Manifestação de Interesse
- Sinalização de cumprimento do Plano de Licitações: VERDE

➤ Modernização do Processo de Compensação Financeira Previdenciária no Estado do Ceará.

- Valor: US\$100 mil
- Início do Processo: Julho/2009
- Fim do Processo: Abril/2012
- Previsto para 30/11/09: Preparação da Manifestação de Interesse
- Posição em 30/11/09: Preparação da Manifestação de Interesse
- Sinalização de cumprimento do Plano de Licitações: VERDE

➤ Capacitação de servidores envolvidos nos processos de compras

- Valor: US\$200 mil*
- Início do Processo: Julho/2009

- Fim do Processo: Dezembro/2011
- Previsto para 30/11/09: Não Objeção TOR
- Posição em 30/11/09: Preparação TOR
- Sinalização de cumprimento do Plano de Licitações: AMARELO

*Valor inicial US\$260 mil alterado para US\$200 mil com transferência de US\$60 mil para o projeto de custos recorrentes

➤ **Realização de uma ampla campanha de divulgação do sistema de aquisição do governo a sociedade em geral e as entidades representativas das empresas**

- Valor: US\$30 mil
- Início do Processo: Outubro/2009
- Fim do Processo: Junho/2011
- Previsto para 30/11/09: Recebimento da não objeção do Banco Mundial
- Posição em 30/11/09: Termo de referência sendo revisto *
- Sinalização de cumprimento do Plano de Licitações: AMARELO

*TOR enviado BM em 09/12/09 para não objeção.

➤ **Implantação de Centros de Custos, Controle dos Gastos Recorrentes e Expansão da Ação Governamental no Estado do Ceará.**

- Valor: US\$120 mil*
- Início do Processo: Novembro/2009
- Fim do Processo: Dezembro/2010
- Previsto para 30/11/09: Elaboração do Termo de Referência.
- Posição em 30/11/09: Termo de Referência elaborado
- Sinalização de cumprimento do Plano de Licitações: VERDE

*Valor alterado com acréscimo de US\$60 mil proveniente do projeto de capacitação em compras

➤ **Desenvolvimento de solução informatizada para Monitoramento da Cooperação Técnico-Financeira do Estado do Ceará**

- Valor: US\$90 mil
- Início do Processo: Outubro/2009
- Fim do Processo: Junho/2011
- Previsto para 30/11/09: Recebimento da não objeção do Banco Mundial
- Posição em 30/11/09: Aguardando não objeção do Banco Mundial *
- Sinalização de cumprimento do Plano de Licitações: AMARELO

* Não objeção do Banco Mundial recebido em 11/12/09

2.4 PENDÊNCIAS

- Aguardando Não objeção do Banco Mundial de dois Termos de Referências (Custos recorrentes e Ampla campanha - 09/12/09).

3 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO – SEDUC

3.1 INDICADORES PRIMÁRIOS

➤ **Resultados das avaliações externas dos alunos do 2º, 5º, 9º e 12º anos processados e publicizados em nível de cada escola pública do Estado, juntamente com o relatório de melhores práticas.**

- Meta 2009: $\geq 90\%$
- Posição em 30/11: 30%*
- Justificativa: As avaliações externas do 2º, 5º, 9º e 12º anos foram aplicadas no final de novembro 2009 e início de dezembro de 2009. O relatório de melhores práticas foi concluído e enviado ao Banco Mundial em 20/11/09.
- Perspectiva de cumprimento: Ofício da Secretária informando da impossibilidade de cumprimento dessa meta até abril de 2010, somente podendo disponibilizar ao Banco Mundial, até essa data, dados gerais preliminares das avaliações que, por sua natureza, não poderão ser publicados no site.
- Sinalização de cumprimento: AMARELO

*As avaliações externas do 2º, 5º, 9º e 12º anos foram integralmente realizadas em 2008 e os resultados disseminados junto às escolas em 2009, sob a responsabilidade das 20 Coordenadorias Regionais de Desenvolvimento da Educação – CREDE e Superintendência de Fortaleza – SEFOR. Os dados estão disponíveis também em www.seduc.ce.gov.br e www.caedufff.br, no link SPAECE.

➤ **Percentual de municípios do Estado do Ceará com gerente designado para o programa de alfabetização de crianças: “Alfabetização da Idade Certa”.**

- Meta 2009: 70%
- Posição em 30/11: 100%
- Justificativa: O Programa Alfabetização da Idade Certa foi estruturado em 2007 e os gerentes designados em janeiro de 2008, sendo 184 gerentes municipais e 26 estaduais.
- Perspectiva de cumprimento: Meta cumprida.
- Sinalização de cumprimento: VERDE

➤ **Percentual de municípios do Estado do Ceará com material didático para o programa “Alfabetização na Idade Certa” entregue às escolas.**

- Meta 2009: $\geq 70\%$
- Posição em 30/11: 100%
- Justificativa: Todos os 184 municípios do Programa Alfabetização da Idade Certa receberam material didático nos anos de 2008 e 2009, destinados aos alunos do 1º e 2º anos do ensino fundamental, envolvidos no Programa.
- Perspectiva de cumprimento: Meta cumprida.
- Sinalização de cumprimento: VERDE

➤ **Percentual de gerentes do programa “Alfabetização na Idade Certa” remunerados pelo Estado.**

- Meta 2009: 40%
- Posição em 30/11: 100%
- Justificativa: Os gerentes estaduais ocupam cargo em comissão e os gerentes municipais são remunerados por meio da FUNCAP, através de Termo de Descentralização de Crédito Orçamentário – TCDO. Os gerentes mencionados são remunerados desde janeiro de 2008.
- Perspectiva de cumprimento: Meta cumprida.
- Sinalização de cumprimento: VERDE

3.2 INDICADORES SECUNDÁRIOS

➤ **Avaliação da implementação municipal do programa “Alfabetização da Idade Certa” (uma em 2009 e uma em 2011).**

- Meta 2009: 1
- Posição em 30/11: 1
- Justificativa: Foi encaminhado ao Banco em 09/10/2009 documento de avaliação da implementação do Programa.
- Perspectiva de cumprimento: Meta cumprida.
- Sinalização de cumprimento: VERDE

➤ **Obtenção da alfabetização na 2ª série.**

- Meta 2009: 56%
- Posição em 30/11: - *
- Justificativa: Os dados da avaliação de 2009 serão divulgados em 2010, quando serão obtidas as informações sobre o número de alunos alfabetizados.
- Perspectiva de cumprimento: Meta não será cumprida em 2009.
- Sinalização de cumprimento: AMARELO*

* Precisa-se discutir o indicador com o Banco Mundial

3.3 PROJETOS DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA

➤ **Avaliação do Programa E-Jovem.**

- Valor: US\$70 mil
- Início do Processo: Agosto/2009
- Fim do Processo: Abril/2010
- Previsto para 30/11/09: Recebimento das propostas.
- Posição em 30/11/09: Termo de referência elaborado. Não objeção emitida pelo banco. Realização da análise dos portfólios. Encaminhamento da SDP e relatório técnico das empresas à PGE. Solicitação de proposta encaminhada.

- Sinalização de cumprimento do Plano de Licitações: AMARELO
- **Análise do uso dos resultados dos exames a partir dos planos escolares e dos programas municipais e suas estratégias de efetivação (um em 2009 e um em 2011).**
- Valor: US\$70 mil
- Início do Processo: Julho/2009
- Fim do Processo: Novembro/2011
- Previsto para 30/11/09: Envio do convite às empresas.
- Posição em 30/11/09: Termo de referência elaborado. Não objeção emitida pelo banco. Realização da análise dos portfólios. Encaminhamento da SDP e relatório técnico das empresas à PGE. Solicitação de proposta encaminhada.
- Sinalização de cumprimento do Plano de Licitações: VERDE

3.4 PROGRAMAS ELEGÍVEIS

Vide anexo II

3.5 PENDÊNCIAS

- Aprovação do Banco Mundial das informações enviadas para cumprimento dos indicadores primário (Relatório de Boas Práticas) e secundário (Avaliação) dia 20/11/09 e 09/10/09 respectivamente.
- Discutir metas do Indicador Secundário Obtenção da Alfabetização

4 SECRETARIA DE SAÚDE – SESA

4.1 INDICADORES PRIMÁRIOS

- **Percentual de Equipes de PSF/AB classificadas no sistema de classificação de qualidade de AMQ.**
- Meta 2009: 20%
- Posição em 30/11: 10,5%
- Justificativa: O alcance das metas para os anos 2008 e 2009 exige, como pré-requisito, a realização das consultorias relacionadas ao indicador, especialmente da consultoria de Capacitação e Comunicação Social para Avaliação de Melhoria da Qualidade. Os termos de referência para a contratação de consultorias foram elaborados pela Equipe de Coordenação de Atenção Básica da SESA e receberam a não objeção do Banco em 01/12/09.
- Perspectiva de Cumprimento: Meta não será cumprida
- Justificativa: Sinalização de cumprimento: VERMELHO
- Plano de Ação: Deliberação COGERF nº 707/2009 - apresentou Nota Técnica para a elaboração do waiver e iniciou licitação.
- **Número de hospitais públicos e particulares no Estado licenciados de acordo com a Lei nº. 6.437/1977.**

- Meta 2009: 8
- Posição em 30/11: 10
- Justificativa: No primeiro semestre de 2009 foram inspecionados 54% dos hospitais cadastrados no NUVIS que correspondem a 149 unidades. Dessas unidades 18% (27), estavam aptas a receberem o Alvará Sanitário.
- Perspectiva de Cumprimento: Meta cumprida.

➤ **Número dos hospitais públicos e particulares no Estado (hospitais pólo) com sistemas padronizados de contabilidade de custos e que remetem relatórios anuais de custos à SESA.**

- Meta 2009: 10
- Posição em 30/11: -
- Justificativa: O cumprimento da meta depende da contratação, em tempo hábil, de consultorias especializadas que permitam desenvolver sistemas de custos em base web. Porém, se estima que tal cumprimento seja difícil dado o atraso do início do projeto (março/2009) e não objeção do Banco Mundial do TOR em 10/11/09. Espera-se que as metas não cumpridas em 2008 e 2009 possam ser recuperadas em 2010.
- Perspectiva de Cumprimento: Meta não será cumprida
- Sinalização de Cumprimento: VERMELHO
- Plano de Ação: Deliberação COGERF nº 707/2009 - enviou Nota Técnica para a elaboração do waiver e iniciou licitação.

4.2 INDICADORES SECUNDÁRIOS

➤ **População atendida pelas visitas das Equipes da Saúde da Família.**

- Meta 2009: 6.322.087
- Posição em 30/11: 6.671.303
- Perspectiva de Cumprimento: Meta cumprida.
- Sinalização de Cumprimento: Sinalização verde.

➤ **Relatórios semestrais do “Grupo da Água” para combater a diarreia infantil que leva a internação.**

- Meta 2009: 2
- Posição em 30/11: -
- Justificativa: Desde 2008, apesar de haver um decreto (Nº28.793, de 11 de julho de 2007) determinando a constituição do GTA, as reuniões não tem sido realizadas, e com a desarticulação intersetorial tem impossibilitado a elaboração dos relatórios.
- Sinalização de cumprimento: AMARELO
- Plano de Ação: Deliberação COGERF nº 707/2009 - apresentar os relatórios do Grupo da Água até 11/12/09. (Recebido 2 para 2008 e 1 para 2009)

➤ **Coleta sistemática e relato do peso/altura dos bebês.**

- Meta 2009: 55%

- Posição em 30/11: 56,5%
- Justificativa: Meta cumprida.
- Sinalização de cumprimento: VERDE

4.3 PROJETOS DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA

➤ **Apoio à implantação e expansão do sistema AMQ junto às unidades do PSF - Avaliação Externa do Processo de AMQ.**

- Valor: US\$91 mil
- Início do Processo: Junho/2009
- Fim do Processo: Setembro/2010
- Previsto para 30/11/09: Recebimento da não objeção do Banco Mundial
- Posição em 30/11/09: Recebimento da não objeção do Banco Mundial.
- Sinalização de cumprimento do Plano de Licitações: VERDE

➤ **Apoio à implantação e expansão do sistema AMQ junto às unidades do PSF - Capacitação e Comunicação Social para a AMQ.**

- Valor: US\$209 mil
- Início do Processo: Junho/2009
- Fim do Processo: Março/2011
- Previsto para 30/11/09: Recebimento da não objeção do Banco Mundial
- Posição em 30/11/09: Recebimento da não objeção do Banco Mundial.
- Sinalização de cumprimento do Plano de Licitações: VERDE

➤ **Apoio à implantação e expansão do sistema AMQ junto às unidades do PSF - Sistema de Informação de AMQ.**

- Valor: US\$40 mil
- Início do Processo: Junho/2009
- Fim do Processo: Outubro/2010
- Previsto para 30/11/09: Recebimento da não objeção do Banco Mundial
- Posição em 30/11/09: Recebimento da não objeção do Banco Mundial.
- Sinalização de cumprimento do Plano de Licitações: VERDE

➤ **Apoio para implantação de sistemas de custos nos hospitais-pólo – Desenho e implantação do software de custeio por absorção**

- Valor: US\$185 mil
- Início do Processo: Outubro/2010
- Fim do Processo: Março/2012
- Previsto para 30/11/09: -
- Posição em 30/11/09: -
- Sinalização de cumprimento do Plano de Licitações: VERDE

➤ **Apoio para implantação de sistemas de custos nos hospitais-pólo – Estratégia de Capacitação e Disseminação do uso do software.**

- Valor: US\$110 mil

- Início do Processo: Novembro/2010
 - Fim do Processo: Março/2012
 - Previsto para 30/11/09: -
 - Posição em 30/11/09: -
 - Sinalização de cumprimento do Plano de Licitações: VERDE
- **Apoio para implantação de sistemas de custos nos hospitais pólo – Validação da Metodologia.**
- Valor: US\$30 mil
 - Início do Processo: Junho/2009
 - Fim do Processo: Maio/2010
 - Previsto para 30/11/09: Elaboração de Termo de Referência
 - Posição em 30/11/09: Termo de referência elaborado. Recebimento da não objeção do Banco em 01/12/09. Publicação da Manifestação de Interesse em dezembro/2009.
 - Sinalização de cumprimento do Plano de Licitações: VERDE
- **Apoio para implantação de sistemas de custos nos hospitais pólo – Definições e ajustes no modelo de absorção.**
- Valor: US\$50 mil
 - Início do Processo: Maio/2010
 - Fim do Processo: Julho/2011
 - Previsto para 30/11/09: -
 - Posição em 30/11/09: -
 - Sinalização de cumprimento do Plano de Licitações: VERDE
- **Apoio para implantação de sistemas de custos nos hospitais pólo – Elaboração dos Termos de Referência para a Empresa que irá desenhar e implantar o software.**
- Valor: US\$5 mil
 - Início do Processo: Agosto/2010
 - Fim do Processo: Outubro/2010
 - Previsto para 30/11/09: -
 - Posição em 30/11/09: -
 - Sinalização de cumprimento do Plano de Licitações: VERDE
- **Apoio à implantação e expansão do sistema AMQ junto às unidades do PSF - Compra de Equipamentos de informática para habilitar as CRES.**
- Valor: US\$160 mil
 - Início do Processo: Dezembro/2009
 - Fim do Processo: Agosto/2010
 - Previsto para 30/11/09: -
 - Posição em 30/11/09: -
 - Sinalização de cumprimento do Plano de Licitações: VERDE

➤ **Apoio para implantação de sistemas de custos nos hospitais-pólo – Aquisição de equipamentos de computação e informação.**

- Valor: US\$220 mil
- Início do Processo: Dezembro/2009
- Fim do Processo: Dezembro/2010
- Previsto para 30/11/09: -
- Posição em 30/11/09: -
- Sinalização de cumprimento do Plano de Licitações: VERDE

4.4 PROGRAMAS ELEGÍVEIS

Vide anexo II

4.5 SALVAGUARDAS

Resíduos Sólidos - SESA é responsável pelo armazenamento e destinação dos resíduos sólidos produzidos em espaços hospitalares aos aterros sanitários, porém existem cidades que não possuem aterro sanitário, logo dentro dos hospitais o trabalho é realizado com sucesso, mas a destinação a aterros sanitários é uma questão a ser resolvida.

5 COGERH

5.1 INDICADOR PRIMÁRIO

➤ **Percentual de faturamento da Água Bruta distribuída a usuários industriais, agrícolas e de aquicultura.**

- Meta 2009: $\geq 18\%$
- Posição em 30/11: 18,94%
- Justificativa: Após a realização de uma nova estimativa de volume captado de água bruta pelos irrigantes, o indicador atualizado apresentou um resultado satisfatório.
- Perspectiva de Cumprimento: Meta cumprida.
- Plano de ação: Deliberação COGERF nº 707/2009 - nota técnica a ser enviada até 11/12/09 (recebido) sobre os motivos que levaram à situação do indicador no mês de outubro e para agilizar a assinatura de Decreto.

6 CAGECE

6.1 INDICADORES PRIMÁRIOS

➤ **Número de ligações urbanas de água.**

- Meta 2009: 144.062
- Posição em 30/11: 191.978

- Justificativa: As ligações domiciliares de água aqui consideradas são aquelas que estão efetivamente interligadas à rede com faturamento ativo ou não. De 2007 a novembro de 2009 foram executadas 191.978 ligações domiciliares de água, superando a meta em 33,3%.
- Perspectiva de cumprimento: Meta cumprida.
- Sinalização de cumprimento: VERDE

➤ **Número de ligações de esgotos.**

- Meta 2009: 56.200
- Posição em 30/11: 80.175
- Justificativa: Ligações domiciliares de esgoto são aquelas efetivamente interligadas à rede de esgotamento sanitário, estando estas com faturamento ativo ou não.
- De 2007 a novembro de 2009 foram executadas 80.175 ligações domiciliares de esgoto, superando a meta em 42,7%.
- Perspectiva de cumprimento: Meta cumprida.
- Sinalização de cumprimento: VERDE

➤ **Percentual de Perda de Água.**

- Meta 2009: 28,7%
- Posição em 30/11: 25,41%
- Justificativa: O percentual de perdas de água (Índice de Água não Faturada) corresponde ao volume de água que a CAGECE produz, porém por diversos motivos, a exemplo de fraudes e perdas operacionais, deixa de faturar. O índice de 25,41% corresponde ao período de janeiro a outubro de 2009, pois o Sistema de Informações Gerenciais - SIG da CAGECE ainda não pôde disponibilizar esses dados na posição de 30/11/2009, visto a quantidade significativa de dados a serem considerados.
- Perspectiva de cumprimento: Meta cumprida.
- Sinalização de cumprimento: VERDE

6.2 INDICADORES SECUNDÁRIOS

➤ **Margem do EBTIDA da CAGECE.**

- Meta 2009: 28,5%
- Posição em 30/10: 26,33%
- Justificativa: A CAGECE vem desenvolvendo metodologias de análise, com a participação das unidades de negócios e serviços da empresa, para cada vez mais aprimorar seus estudos quanto às projeções das receitas, despesas, desembolsos e resultados da Companhia. Com este intuito foram realizadas projeções para os anos de 2009 a 2012 fundamentadas em estudos com base nos dados históricos da demonstração de resultados da CAGECE incorporando as previsões de reajustes dos indicadores macroeconômicos e despesas incrementais (extraordinárias). No Planejamento econômico-financeiro da CAGECE, para os exercícios de 2009-2012, foi traçado uma meta de 25,51% para o exercício de 2009. O acompanhamento dos valores

projetados é feito mensalmente através dos valores realizados. Corporativamente a meta vem sendo alcançada, conforme os principais pontos listados abaixo:

1. A previsão, quando da proposição da meta para 2009, de contratação de novos funcionários via concurso público a partir de setembro/2009, não ocorreu no ano. Total (setembro-dezembro/2008): R\$ 1,2 milhão;
 2. A previsão, quando da proposição da meta para 2009, de contratação de novos terceirizados, não ocorreu até o momento no total de R\$ 10 milhões;
 3. Redução dos gastos com energia-força na ordem de R\$ 2,8 milhões, sendo essa redução resultado de estudos, projetos, políticas, normas e procedimentos para a efficientização energética;
 4. Foi previsto um aumento nas despesas com locação de veículos a partir de jan/2009 (expansão da frota), o qual também não ocorreu. Total no ano: R\$ 2,1 milhões;
 5. Reajuste tarifário em 6,82% (média) à partir de julho/2009, garantindo o equilíbrio econômico-financeiro da companhia;
 6. Implantação de faturamento imediato em alguns municípios do interior do Estado, elevando a capacidade de geração de receitas.
- Perspectiva de cumprimento: Há forte tendência de se cumprir a meta proposta para o ano de 2009 que foi de 25,51% da Companhia.
 - Sinalização de cumprimento: VERDE

6.3 PROGRAMAS ELEGÍVEIS

Vide anexo II

6.4 SALVAGUARDAS

Reassentamentos e Desapropriações - CAGECE enviou relatório de acompanhamento de reassentamentos e desapropriações informando que todas são realizadas conforme procedimentos do SANEAR II, já aprovado pelo BM, e o mesmo foi encaminhado ao Banco Mundial.

7 ETICE

7.1 INDICADORES PRIMÁRIOS

➤ **Número da população urbana total dos principais centros municipais com acesso a serviço de Internet banda larga.**

- Meta 2009: 3.033.000
- Posição em 30/11: 2.749.656
- Justificativa: A mensuração passou a considerar a população calculada pelo IBGE, o que casou uma redução do valor alcançado do mês de setembro para outubro.
- Perspectiva de Cumprimento: Visto que até novembro/2009 a cobertura do serviço atingiu 2.749.656 pessoas beneficiadas, a expectativa é de cumprir a

meta acumulada e atender 3.033.000 pessoas, somando-se as metas previstas para 2008 e 2009.

- Sinalização de cumprimento: VERDE

7.2 INDICADORES SECUNDÁRIOS

➤ Implementação do S2GPR (integração da plataforma de banco de dados do GPR do governo com os sistemas).

- Meta 2009: -
- Posição em 30/11: -
- Justificativa: Esta meta compreende a implantação de dois sistemas componentes do S2GPR em 2010 – Contabilidade e Pregão Eletrônico (Compras) e em 2010 os três sistemas componentes do S2GPR: Ciclo Orçamentário, Sistema de Cadastro do patrimônio e Middleware de integração. Foi celebrado o contrato de gestão N°. 01/2009 com o Centro de Gestão e Desenvolvimento Tecnológico - CGDT em 2/07/2009 para a construção do sistema componente Contabilidade. Encontram-se em processo de desenvolvimento os dois sistemas componentes do S2GPR que deverão estar em funcionamento em 2010: Contabilidade e Compras – Pregão Eletrônico.
- Perspectiva de cumprimento: Os dois sistemas previstos (Contabilidade e Pregão Eletrônico) para entrega em 2010 encontram-se sendo desenvolvidos dentro do cronograma estabelecido, a expectativa é de cumprir a meta.
- Sinalização de cumprimento: VERDE

7.3 PROJETOS DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA

➤ Realização de workshop para discutir boas práticas de uso de uma rede de banda larga de Internet.

- Valor: US\$40 mil
- Início do Processo: Maio/2009
- Fim do Processo: Setembro/2009
- Previsto para 30/11/09: Projeto finalizado
- Posição em 30/11/09: Projeto finalizado em setembro/2009.
- Sinalização de cumprimento do Plano de Licitações: VERDE.

➤ Avaliação do uso da rede de banda larga de Internet após dois anos de operação.

- Valor: US\$100 mil
- Início do Processo: Setembro/2011
- Fim do Processo: Abril/2012
- Previsto para 30/11/09: -
- Posição em 30/11/09: -
- Sinalização de cumprimento do Plano de Licitações: VERDE

8 PGE

8.1 INDICADORES SECUNDÁRIOS

- **Implementação das recomendações sobre reforma das licitações (com base no diagnóstico dos Indicadores da OECD).**

- Meta 2009: -
- Posição em 30/11: -
- Justificativa: Esse indicador depende da realização de assistência técnica cujo Termo de Referência já esta sendo elaborado.
- Sinalização de cumprimento: VERDE

8.2 PROJETO DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA

- **Apoio à implantação de ações relacionadas aos indicadores OECD – Contratação de empresa para capacitação nas áreas de licitação, administrativa e de auditoria preventiva.**

- Valor: US\$200 mil
- Início do Processo: Agosto/2009
- Fim do Processo: Abril/2011
- Previsto para 30/11/09: Não objeção do TOR BM.
- Posição em 30/11/09: Termo sendo Elaborado.
- Sinalização de cumprimento do Plano de Licitações: AMARELO.

9 ARCE

9.1 INDICADORES SECUNDÁRIOS

- **Índice de conformidade da qualidade da água distribuída pela CAGECE (pela ARCE).**

- Meta 2009: 60%
- Posição em 30/11: 50%
- Justificativa: Cloretos acima do padrão na água do município de Cascavel. Demais sistemas com potabilidade de acordo com as expectativas.
- Plano de ação: A ARCE deve determinar à CAGECE a elaboração de um plano de ação para que a meta seja atingida.
- Sinalização de cumprimento: AMARELO

9.2 PROJETOS DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA

- **Elaboração de manual de indicadores de performance para o setor de saneamento.**

- Valor: US\$70 mil
- Início do Processo: Junho/2009
- Fim do Processo: Setembro/2010

- Previsto para 30/11/09: Não objeção do Banco Mundial.
- Posição em 30/11/09: Aguardando a não objeção do Banco Mundial. A não objeção não foi concedida porque o especialista do Banco está propondo modificações na Assistência Técnica.
- Sinalização de cumprimento do Plano de Licitações: AMARELO

10 SECITECE

10.1 INDICADORES SECUNDÁRIOS

- **Número de contratos de parceria e/ou prestação de serviços entre a NUTEC e firmas privadas.**
 - Meta 2009: 2.673
 - Posição em 30/11: 4.290
 - Justificativa: Realizado acima da meta prevista.
 - Sinalização de cumprimento: VERDE

10.2 PROGRAMAS ELEGÍVEIS

Vide anexo II

11 CONPAM

11.1 INDICADOR SECUNDÁRIO

- **Redução do número médio de dias para emissão de licenças ambientais pelo Estado.**
 - Meta 2009: -
 - Posição em 30/11: -
 - Justificativa: Protocolo elaborado, metas para 2010 e 2011.
 - Sinalização de cumprimento: VERDE

11.2 PROJETO DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA

- **Fortalecimento da capacidade de coordenação de uma política estadual de meio ambiente.**
 - Valor: US\$40 mil
 - Início do Processo: Agosto/2009
 - Fim do Processo: Dezembro/2010
 - Previsto para 30/11/09: Elaboração da Manifestação de Interesse.(recebeu não objeção TOR 201109)
 - Posição em 30/11/09: Elaboração da Manifestação de Interesse.
 - Sinalização de cumprimento do Plano de Licitações: VERDE

12 CGE

12.1 PROJETOS DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA

➤ Capacitação em processos de auditoria preventiva.

- Valor: US\$180 mil
- Início do Processo: Outubro/2009
- Fim do Processo: Junho/2010
- Previsto para 30/11/09: Preparação do Edital.
- Posição em 30/11/09: Termo de referência elaborado e enviado ao Banco para não objeção em 09/12/09.
- Sinalização de cumprimento do Plano de Licitações: AMARELO.

➤ Aperfeiçoamento do Portal da Transparência do Governo do Estado do Ceará.

- Valor: US\$170 mil
- Início do Processo: Novembro/2009
- Fim do Processo: Setembro/2010
- Previsto para 30/11/09: Início do processo.
- Posição em 30/11/09: Termo de referência sendo elaborado.
- Sinalização de cumprimento do Plano de Licitações: VERDE.

13 CIDADES

13.1 PROJETOS DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA

➤ Avaliação de sistemas de abastecimento de água com problemas de qualidade.

- Valor: US\$100 mil
- Início do Processo: Dezembro/2009.
- Fim do Processo: Fevereiro/2011.
- Previsto para 30/11/09: -
- Posição em 30/11/09: Termo de Referência sendo elaborado.
- Sinalização de cumprimento do Plano de Licitações: VERDE.

13.2 SALVAGUARDAS

- **Resíduos Sólidos** - CIDADES informou que está sendo realizado um esforço para que em todo Estado, cada cidade tenha acesso a um aterro sanitário. (OBS: em 27/11/09 enviou à UGP SWAPII o seguinte email: "A respeito, informamos que, buscando resolver o problema referente a destinação final de Resíduos Sólidos, o Estado do Ceará adotou como política de Governo, a implantação de Aterros Sanitários Regionais Consorciados. Em 2005 foi realizado um estudo, pela PROINTEC, que definiu o melhor agrupamento de municípios visando a construção de aterros sanitários consorciados. Baseado no referido estudo, foram formalizados os Consórcios Públicos Regionais de

Resíduos Sólidos para a região de Camocim, Crato, Limoeiro do Norte, Jaguaribara, Pacatuba, São Benedito, Tauá, Sobral, Baturité, Paracuru, Pedra Branca e Viçosa do Ceará. Está em andamento uma licitação para contratar empresa de consultoria para formar mais 15 Consórcios Públicos Regionais de Resíduos Sólidos para a região de Aracati, Cascavel, Acaraú, Itapajé, Itapipoca, Pacajús, Canindé, Crateús, Nova Russas, Quixadá, Ipú, Assaré, Icó, Iguatu e Milagres. Com a formalização dos consórcios, foi iniciado processo de elaboração de edital para a contratação dos 8 (oito) projetos dos aterros sanitários, dos quais, tiveram Convênios firmados com a FUNASA, os da região do Cariri, Sobral, Camocim e São Benedito. Os projetos a serem elaborados contemplam projetos executivos de engenharia para implantação de aterro sanitário, centro de triagem e estações de transferência, incluindo os estudos ambientais, análise econômico-financeira e revisão do plano de gestão, planos de operação, manutenção e monitoramento das unidades projetadas e projeto de encerramento de lixões existentes. A elaboração dos projetos, viabilizará a captação de recursos para a construção dos aterros sanitários regionalizados.”

14 IPECE

14.1 PROJETOS DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA

➤ **Suporte para funcionamento da UGP Projeto SWAP II (aquisição de material de consumo e equipamento de informática).**

- Valor: US\$15 mil
- Início do Processo: Julho/2009
- Fim do Processo: Fevereiro/2010
- Previsto para 30/11/09: Publicação do Edital.
- Posição em 30/11/09: Termo de referência elaborado em novembro/2009. Preparação do Edital e recebimento da não objeção do Banco em 04/12/2009. Aguardando publicação do Edital.
- Sinalização de cumprimento do Plano de Licitações: AMARELO.

➤ **Desenvolvimento de um framework para uma política integrada para a população indígena.**

- Valor: US\$40 mil
- Início do Processo: Dezembro/2009
- Fim do Processo: Julho/2010
- Previsto para 30/11/09: -
- Posição em 30/11/09: Termo de referência em fase de elaboração.
- Sinalização de cumprimento do Plano de Licitações: VERDE.

➤ **Suporte para funcionamento da UGP Projeto SWAP II (apoio à coordenação do Projeto nas atividades de gerenciamento previstas no Acordo de Empréstimo).**

- Valor: US\$165 mil

- Início do Processo: Junho/2009
- Fim do Processo: Junho/2012
- Previsto para 30/11/09: Início do contrato.
- Posição em 30/11/09: Os três consultores foram contratados.
- Sinalização de cumprimento do Plano de Licitações: VERDE

14.2 SALVAGUARDAS

- **Indígenas** - Termo de Referência esta sendo elaborado dentro de um projeto de dar maior sustentabilidade a preservação da cultura indígena.

15 TCE

15.1 PROJETOS DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA

- **Fortalecimento Institucional do TCE – Contratação de empresas para ministrar cursos de capacitação para os servidores do TCE nas áreas de finanças públicas, contábil, estatística, dentre outros.**

- Valor: US\$70 mil
- Início do Processo: Janeiro/2010
- Fim do Processo: Novembro/2010
- Previsto para 30/11/09: -
- Posição em 30/11/09: -
- Sinalização de probabilidade de cumprimento da meta do projeto: VERDE

- **Contratação de empresa para realização de consultoria em auditoria de tecnologia da informação.**

- Valor: US\$100 mil
- Início do Processo: Novembro/2009
- Fim do Processo: Janeiro/2011
- Previsto para 30/11/09: Elaboração do Termo de Referência.
- Posição em 30/11/09:
- Sinalização de cumprimento do Plano de Licitações: VERDE.

- **Contratação de empresa para realização de consultoria em auditoria contábil e análise das demonstrações contábeis.**

- Valor: US\$100 mil
- Início do Processo: Novembro/2009
- Fim do Processo: Janeiro/2011
- Previsto para 30/11/09: Elaboração do Termo de Referência.
- Posição em 30/11/09:
- Sinalização de cumprimento do Plano de Licitações: VERDE.

ANEXO I

Envolvimento Setoriais



**GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ**
Secretaria do Planejamento e Gestão
Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará – IPECE

SETORIAIS PARTICIPANTES DO COMITÊ SWAP II							
Nº	ÓRGÃO	NOME REPRESENTANTE		ENVOLVIMENTO			
				Indicadores		Programa Elegível	Assistência Técnica
				Primários	Secundários		
1	ARCE	Titular	Alexandre Caetano		X		X
		Suplente	Mário Augusto Parente Monteiro				
2	CAGECE	Titular	Emiliana Leite Figueiras	X	X	X	
		Suplente	Raimunda Aurineide Lemos Caldas				
3	CGE	Titular	Marcelo de Sousa Monteiro				X
		Suplente	Kelly Cristina de Oliveira Barbosa				
4	CIDADES	Titular	Tércia Maria Pinheiro Martins			X	X
		Suplente	Wanda Gomes de Oliveira Murta				
5	CONPAM/ SEMACE	Titular	Maria Goretti Gurgel Mota de Castro		X		X
		Suplente	Maria Dias Cavalcante				
		Suplente	Elizabeth Verçosa Leal Rocha				
6	ETICE	Titular	Denise Maria Norões Olsen	X	X		X
		Suplente	Sérgio Vicente de Matos Brito				
7	IPECE	Titular	Eveline Barbosa Carvalho Silva				X
		Suplente	Ana Cristina Cavalcante Medeiros				
8	PGE	Titular	Fernando Antônio Costa de Oliveira		X		X
		Suplente	Francisco Antônio Nogueira Bezerra				
9	SECITECE	Titular	Teresa Lenice Nogueira da Gama Mota		X	X	
		Suplente	Ricardo da Costa e Silva				
10	SEDUC	Titular	Maria Eneida Machado Maia	X	X	X	X
		Suplente	Maria Ângela Leão Hitzschky Madeira				
11	SEFAZ	Titular	Luiz Jarbas de Mesquita	X	X		X
		Suplente	Paulo Sérgio Rocha				
12	SEPLAG	Titular	Carlos Eduardo Sobreiro	X	X		X
		Suplente	Fátima Coelho Benevides Falcão				
13	SRH / COGERH	Titular	Francisca Isabel Vieira Cavahedo	X			
		Suplente	Luiz Fernando Gonçalves Viana				
14	SESA	Titular	Vera Maria Câmara Coêlho	X	X	X	X
		Suplente	Maria Imaculada Ferreira Fonseca				
15	TCE	Titular	Giovanna Augusta Moura Adjafre				X
		Suplente	José Teni Cordeiro Júnior				

ANEXO II

Acompanhamento dos Indicadores Primários - Sinalização e
Realizado

ACOMPANHAMENTO DOS INDICADORES PRIMÁRIOS DO SWAP II - 2009

Órgão		INDICADORES PRIMÁRIOS	Metas	Posição atual em Relação a meta							
				2009	J	J	A	S	O	N	D
Setor Público	SEFAZ	1. O saldo fiscal corrente do Estado (Receita Corrente menos Despesas Correntes).	1.146 milhões								
		2. Índice Hefirndahl de arrecadação de ICMS usando 4 setores (indústria, varejo, serviços públicos – energia & combustíveis e comunicação).	0,35 ou menor								
	SEPLAG	3. Número de Secretarias Setoriais com relatórios anuais de desempenho validados pela SEPLAG e pelo COGERF e colocados na página eletrônica da SEPLAG.	8								
		4. Número de “Relatórios de Produtos - Resultados” (RPR) validados pelo COGERF e colocados na página eletrônica da SEPLAG.	3								
Educação	SEDUC	5. Resultados das avaliações externas dos alunos do 2º, 5º, 9º e 12º anos processados e publicizados em nível de cada escola pública do Estado, juntamente com relatório de melhores práticas.	90%								
		6.a Percentual de municípios do Estado do Ceará com gerente designado para o programa de alfabetização de crianças: “Alfabetização da Idade Certa”.	70%								
		6.b Percentual de municípios do Estado do Ceará com material didático para o programa “Alfabetização da Idade Certa” entregue às escolas.	70%								
		6.c Percentual de gerentes do programa “Alfabetização da Idade Certa” remunerados pelo Estado.	40%								
Saúde	SESA	7. Percentual de Equipes de PSF/AB classificadas no sistema de classificação de qualidade do AMQ.	20%								
		8. Número de hospitais públicos e particulares no Estado licenciados de acordo com a Lei no 6.437/1977.	8								
		9. Número dos hospitais públicos e particulares no Estado (hospitais pólo) com sistemas padronizados de contabilidade de custos e que remetem relatórios anuais de custos a SESA.	10								
Água & saneamento	SRH	10. Percentual de faturamento da Água Bruta distribuída a usuários industriais, agrícolas e de aqüicultura.	18%								
	CAGECE	11.a Número de ligações urbanas de água.	144.062								
		11.b Número de ligações de esgotos.	56.200								
		12. Percentual de perda de água.	28,7%								
Negócios & Inovação	ETICE	13. Número da população urbana total dos principais centros municipais com acesso a serviço de Internet banda larga.	3.033.000								
	SEFAZ	14. Percentual de registros empresariais no CGF (Cadastro Geral da Fazenda) concluídos dentro de 72 horas.	24%								

Legenda:



Probabilidade alta de atingir a meta



Probabilidade intermediária de atingir a meta



Probabilidade baixa de atingir a meta

(Atualizado: 14/12/2009)

ACOMPANHAMENTO MENSAL DOS INDICADORES DE DESEMBOLSO DA OPERÇÃO SWAP II - 2009

Setor	Órgão	Indicador Primário	Meta	Posição atual mensal em relação à meta						
			2009	J	J	A	S	O	N	D
Setor Público	SEFAZ	1. O saldo fiscal corrente do Estado (Receita Corrente menos Despesas Correntes).	1.146 milhões	858 milhões	858 milhões	1.042 milhões	1.006 milhões	1.115 milhões	1.253 milhões	
		2. Índice Hefim Dahl de arrecadação de ICMS usando 4 setores (Indústria, varejo, serviços públicos – energia & combustíveis e comunicação).	0,35 ou menor	0,3	0,3	0,3	0,3	0,3	0,3	
	SEPLAG	3. Número de Secretarias Setoriais com relatórios anuais de desempenho validados pela SEPLAG e pelo COGERF e colocados na página eletrônica da SEPLAG.	8	Proposta de Relatório de Desempenho Setorial – RDS para o ano de 2009 elaborada e enviada ao Banco Mundial para apreciação. Secretárias selecionadas: SEDUC, SESA, SECITECE, CIDADES, SRH, CONPAM, SEINFRA e SDA.	Proposta de Relatório de Desempenho Setorial – RDS para o ano de 2009 elaborada e enviada ao Banco Mundial para apreciação. Secretárias selecionadas: SEDUC, SESA, SECITECE, CIDADES, SRH, CONPAM, SEINFRA e SDA.	Apesar de ser um indicador de responsabilidade da SEPLAG, ele depende das oito setoriais (SEDUC, SESA, SECITECE, CIDADES, SRH, CONPAM, SEINFRA e SDA) que farão os seus respectivos Relatórios de Desempenho Setorial – RDS. Apresentação do "Modelo Relatório de Desempenho Setorial – RDS", que se refere ao formato proposto para a elaboração do RDS.	Será feita uma reunião com as oito secretárias envolvidas para discutir o modelo e a elaboração dos Relatórios de Desempenho Setorial - RDS	Não haverá dificuldades para o cumprimento da meta dentro do prazo estabelecido.	Não haverá dificuldades para o cumprimento da meta dentro do prazo estabelecido.	
		4. Número de "Relatórios de Produtos – Resultados" (RPR) validados pelo COGERF e colocados na página eletrônica da SEPLAG.	3	Elaborado trabalho de identificação preliminar de áreas – problema para temas de estudo. Pela ausência de alguns membros desse Comitê preferiu - se deixar para os Temam serem escolhido em outra reunião do COGERF.	Elaborado trabalho de identificação preliminar de áreas – problema para temas de estudo. Pela ausência de alguns membros desse Comitê preferiu - se deixar para os Temam serem escolhido em outra reunião do COGERF.	Os relatórios serão feitos por consultores contratados, sendo o IPECE responsável por este processo. Eveline Barbosa informou que a previsão para a licitação de contratação dos consultores é para daqui a no mínimo 20 dias.	O IPECE está com a responsabilidade de contratar a consultoria para a elaboração desses relatórios e a licitação foi marcada para o dia 26/11/09, mas espera-se que os mesmos estejam prontos até final de março de 2010.	O IPECE está com a responsabilidade de contratar a consultoria para a elaboração desses relatórios e a licitação foi marcada para o dia 26/11/09, mas espera-se que os mesmos estejam prontos até final de março de 2010.	O único licitante a participar foi inabilitado e teria até 11/12/09 para entrar com recurso administrativo para recorrer da decisão. Estamos aguardando informação da PGE. Se tudo correr bem a contratação será em fevereiro de 2010.	
Educação	SEDUC	5. Resultados das avaliações externas dos alunos do 2º, 5º, 9º e 12º anos processados e publicizados em nível de cada escola pública do Estado, juntamente com relatório de melhores práticas.	90%	100%	100%	87%	87%	30%	30%	
		6.a Percentual de municípios do Estado do Ceará com gerente designado para o programa de alfabetização de crianças: "Alfabetização da Idade Certa".	70%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	
		6.b Percentual de municípios do Estado do Ceará com material didático para o programa "Alfabetização da Idade Certa" entregue às escolas.	70%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	
		6.c Percentual de gerentes do programa "Alfabetização da Idade Certa" remunerados pelo Estado.	40%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	
Saúde	SESA	7. Percentual de Equipes de PSFIAB classificadas no sistema de classificação de qualidade do AMQ.	20%	8%	8%	8%	8%	10,50%	10,50%	
		8. Número de hospitais públicos e particulares no Estado licenciados de acordo com a Lei nº 6.437/1977.	8	27	27	8	8	10	10	
		9. Número dos hospitais públicos e particulares no Estado (hospitais polo) com sistemas padronizados de contabilidade de custos e que remetem relatórios anuais de custos a SESA.	10	-	-	-	-	-	-	
Água & saneamento	SRH	10. Percentual de faturamento da Água Bruta distribuída a usuários industriais, agrícolas e de aquicultura.	18%	14%	14%	14%	12%	12%	18,94%	
		11.a Número de ligações urbanas de água.	144.062	167.596	167.596	176.713	181.446	186.823	191.978	
	CAGECE	11.b Número de ligações de esgotos.	56.200	70.080	70.080	74.272	76.912	78.199	80.175	
12. Percentual de perda de água.		28,70%	25,33%	25,33%	25,25%	25,28%	25,39%	25,41%		
Negócios & Inovação	ETICE	13. Número da população urbana total dos principais centros municipais com acesso a serviço de Internet banda larga.	3.033.000	2.540.084	2.540.084	2.540.084	2.540.084	2.245.960	2.749.656	
	SEFAZ	14. Percentual de registros empresariais no CGF (Cadastro Geral da Fazenda) concluídos dentro de 72 horas.	24%	28%	28%	29%	29%	29%	30%	

ANEXO III

Acompanhamento dos Indicadores Secundários - Sinalização e
Realizado

ACOMPANHAMENTO DOS INDICADORES SECUNDÁRIOS DO SWAP II - 2009

Setor	Órgão	Metas	Posição Atual em Relação a meta						
			J	J	A	S	O	N	D
Setor Público	SEFAZ	1. Implementação da reforma da gestão financeira (com base no diagnóstico do PEFA).*							
	SEPLAG	2. Informações sobre GPR refletidas na apresentação do orçamento anual e no Discurso anual do Governador na Assembléa.							
		3. Cruzamento dos cadastros de pensões com bancos de dados federais para identificar irregularidades.							
	PGE	4. Implementação das recomendações sobre reforma das licitações (com base no diagnóstico dos Indicadores do OECD).							
Educação	SEDUC	5. Avaliação da implementação municipal do programa "Alfabetização da Idade Certa" (uma em 2009 e uma em 2011).							
		6. Obtenção da alfabetização na 2ª série.							
Saúde	SESA	7. População atendida pelas visitas das Equipes da Saúde da Família.							
		8. Relatórios semestrais do "Grupo da Água" para combater a diarreia infantil que leva à internação.							
		9. Coleta sistemática e relato do peso/altura dos bebês.							
Água & Saneamento	CAGECE	10. Margem do EBTIDA da CAGECE.							
	ARCE	11. Índice de conformidade da qualidade da água distribuída pela CAGECE (pela ARCE)							
Negócios & Inovação	ETICE	12. Implementação do S2GPR (integração da plataforma de banco de dados do GPR do governo com os sistemas).							
	SECITECE	13. Número de contratos de parceria e/ou prestação de serviços entre a NUTEC e firmas privadas							
Meio Ambiente	COMPAM	14. Redução do número médio de dias para emissão de licenças ambientais pelo Estado.							

Legenda:

Probabilidade alta de atingir a meta

Probabilidade intermediária de atingir a meta

Probabilidade baixa de atingir a meta

ACOMPANHAMENTO MENSAL DOS INDICADORES SECUNDÁRIOS DA OPERAÇÃO SWAP II - 2009

Setor	Órgão	Indicador Secundário	Meta					
			2009	A	S	O	N	D
Setor Público	SEFAZ	1. Implementação da reforma da gestão financeira (com base no diagnóstico do PEFA).*	-	Indicador sendo discutido.	As áreas de atuação estão sendo definidas. A SEFAZ acredita que o indicador será cumprido.	Protocolo do Indicador ainda não elaborado. Está sendo definido as áreas de atuação, mas a SEFAZ acredita que o indicador será cumprido.	Protocolo do Indicador ainda não elaborado. Está sendo definido as áreas de atuação, mas a SEFAZ acredita que o indicador será cumprido.	
	SEPLAG	2. Informações sobre GPR refletidas na apresentação do orçamento anual e no Discurso anual do Governador na Assembleia.		Informações sobre resultados e indicadores da GPR na Mensagem do Governador que integra o documento do PPA revisado para o período 2010-2011. Mensagem do Governador na abertura da Sessão Legislativa de 2010 com foco nas informações da GPR.	Os indicadores de GPR estão de certa forma refletidos na Mensagem a Assembleia, mas ressalta a dificuldade de cumprimento da meta tendo em vista que o fechamento de alguns dos indicadores só saem depois do fechamento da publicação. Protocolo do indicador não elaborado.	Protocolo do Indicador elaborado. A SEFAZ irá trabalhar para cumprir o indicador.	Na mensagem do PPA 2010-2011 foi incluído o Anexo relativo a GPR, com a relação dos indicadores do Painel de Controle e na mensagem que encaminha o documento se faz menção à adoção do modelo. Quanto ao discurso anual do Governador, o manual de elaboração da Mensagem orienta as secretarias a informarem sobre o resultado da política setorial abordando os indicadores da GPR e solicita os destaques para constar do discurso do Governador na abertura da sessão legislativa de 2010.	Na mensagem do PPA 2010-2011 foi incluído o Anexo relativo a GPR, com a relação dos indicadores do Painel de Controle e na mensagem que encaminha o documento se faz menção à adoção do modelo. Quanto ao discurso anual do Governador, o manual de elaboração da Mensagem orienta as secretarias a informarem sobre o resultado da política setorial abordando os indicadores da GPR e solicita os destaques para constar do discurso do Governador na abertura da sessão legislativa de 2010.
		3. Cruzamento dos cadastros de pensões com bancos de dados federais para identificar irregularidades.	0 - 3 meses		Protocolo do Indicador ainda não elaborado. Recadastramento de ativos e inativos sendo realizada.	Protocolo do Indicador elaborado. 2,96	2,83	1,94
	PGE	4. Implementação das recomendações sobre reforma das licitações (com base no diagnóstico dos Indicadores do OECD).	-		Protocolo do indicador elaborado e a meta é para 2010 e 2011.	TOR sendo elaborado.	Fase de finalização da elaboração do TOR.	O Protocolo do Indicador foi elaborado e a meta é para 2010. Termo de Referência sendo elaborado.
Educação	SEDUC	5. Avaliação da implementação municipal do programa "Alfabetização da Idade Certa" (uma em 2009 e uma em 2011).	1	1	1	1	1	
		6. Obtenção da alfabetização na 2ª série.	56%		O Estado vem promovendo ações para o sucesso do indicador.	Protocolo do Indicador sendo elaborado.	Protocolo do Indicador elaborado. O resultado de 2009 será obtido apenas em 2010.	Protocolo do Indicador elaborado. O resultado de 2009 será obtido apenas em 2010.
Saúde	SESA	7. População atendida pelas visitas das Equipes da Saúde da Família.	6.322.087		Protocolo do Indicador ainda não elaborado. A SESA está investindo na formação e capacitação das equipes do PSF.	Protocolo do Indicador sendo revisado.	6.391.213	6.671.303
		8. Relatórios semestrais do "Grupo da Água" para combater a diarreia infantil que leva a internação.	2		Nenhum relatório foi elaborado.	Em 05/10/09 foi realizada reunião com as setoriais envolvidas. A SESA aguarda o recebimento das informações das setoriais.	A SESA aguarda o recebimento de informações das setoriais envolvidas no GTA para compor os relatórios.	Entregue 2 relatórios de 2008 e 1 de 2009 em 11/12/09.
		9. Coleta sistemática e relato do peso/altura dos bebês.	55%		Protocolo do Indicador ainda não elaborado. A SESA não tem registro da altura dos bebês. A possibilidade de serem utilizados dados do Bolsa Família está sendo discutida.	Protocolo do Indicador sendo revisado pela SESA.	56%	56%
Água & Saneamento	CAGECE	10. Margem do EBTIDA da CAGECE.	28,50%	25,83%	25,28%	25,21%	26,33%	
	ARCE	11. Índice de conformidade da qualidade da água distribuída pela CAGECE (pela ARCE)	-		Protocolo do Indicador ainda não elaborado. O indicador não apresenta resultados satisfatórios, pois a fiscalização tem sido feita em municípios problemáticos.	Redução significativa das fiscalizações realizadas no semestre de 2009 devido às mudanças institucionais da regulação do saneamento no Ceará.	Os municípios fiscalizados passaram a ser escolhidos através de sorteio. Foram realizadas fiscalizações em três municípios. Os primeiros resultados mostram uma tendência de que o indicador fique abaixo de 60%	50%
Negócios & Inovação	ETICE	12. Implementação do S2GPR (integração da plataforma de banco de dados do GPR do governo com os sistemas)	-		Protocolo do Indicador ainda não elaborado.	Protocolo do Indicador elaborado e a meta é para 2010.	Protocolo do Indicador elaborado e a meta é para 2010.	Protocolo do Indicador elaborado e a meta é para 2010.
	SECTECE	13. Número de contratos de parceria e/ou prestação de serviços entre a NUTEC e firmas privadas	2.673	2.544	4.354	4.354	4.290	
Melo Ambiente	CONPAM	14. Redução do número médio de dias para emissão de licenças ambientais pelo Estado.	-		Protocolo do Indicador não elaborado. O indicador depende de AT. O TOR foi encaminhado ao Banco para análise.	Protocolo do Indicador não elaborado. O indicador depende de AT. O TOR foi encaminhado ao Banco para análise.	Protocolo do Indicador não elaborado. O TOR recebeu a não objeção do Banco.	Protocolo do Indicador elaborado e a meta é para 2010.

ANEXO IV

Acompanhamento das Despesas Elegíveis – Sinalização e Realizado

Estimativa de Despesas para o período Janeiro - Dezembro de 2009 - **REGRA 70%**

R\$ 1

Cód. Programa / Descrição PROGRAMA	Orçamento 2009	Realizado (janeiro a dezembro)	Realizado/Previsto (%)	Farol
033 Ceará Digital	7.911.247	1.327.965	16,79%	
041 Padrões Básicos de Funcionamento das Unidades de Ensino	113.754.583	148.916.048	130,91%	
048 Qualidade da Educação Básica	6.543.327	7.848.177	119,94%	
058 Cooperação Estado e Município	684.567.352	586.000.446	85,60%	
194 Fortalecimento da Educação Superior e da Educação Profissional	55.423.400	50.224.725	90,62%	
196 Inovação Tecnológica, Pesquisa e Desenvolvimento Científico	17.398.822	12.285.448	70,61%	
535 Fortalecimento da Atenção à Saúde nos Níveis Secundário e Terciário	221.379.418	196.130.753	88,59%	
536 Fortalecimento da Atenção Primária à Saúde	10.765.155	4.808.315	44,67%	
554 Gestão do Trabalho e Educação em Saúde	5.187.000	7.651.490	147,51%	
711 Saneamento Ambiental do Ceará	11.112.492	26.665.155	239,96%	
TOTAL	1.134.042.796	1.041.858.523	91,87%	

Valor Limite do Desembolso [30% * TOTAL]	340.212.838,80	312.557.556,81
---	-----------------------	-----------------------

Posição em: 15/12/2009.

ACOMPANHAMENTO MENSAL DA EXECUÇÃO DOS PROGRAMAS ELEGÍVEIS DA OPERÇÃO SWAP II - 2009														
Setor	Código e Nome do Programa do Orçamento	Previsão		REALIZADO										
		2009	J		A		S		O		N		D	
			R\$1	%	R\$1	%	R\$1	%	R\$1	%	R\$1	%	R\$1	%
Educação	041 - Padrões Básicos de Funcionamento das Unidades de Ensino	113.754.583	54.202.855	47,65	62.512.153	54,95	106.898.877	93,97	113.531.606	99,80	130.429.537	114,66	148.916.048	130,91
	048 - Qualidade da Educação Básica nas Zonas Rural e Urbana	6.511.327	2.833.125	43,51	3.781.964	58,08	4.247.723	65,24	5.389.681	82,77	6.988.556	107,33	7.848.177	120,53
	058 - Cooperação entre Estados e Municípios	684.351.912	296.527.178	43,33	355.951.229	52,01	394.134.322	57,59	470.400.287	68,74	532.950.693	77,88	586.000.446	85,63
	Subtotal	804.617.822	353.563.158	43,94	422.245.346	52,48	505.280.922	62,80	589.321.574	73,24	670.368.786	83,32	742.764.671	92,31
Saúde	535- Fortalecimento da Atenção à Saúde nos Níveis Secundário e Terciário	221.259.418	90.068.108	40,71	106.954.949	48,34	123.691.945	55,90	140.789.197	63,63	160.203.921	72,41	196.130.753	88,64
	536 - Fortalecimento da Atenção Primária à Saúde	10.615.155	1.367.966	12,89	2.408.684	22,69	3.129.914	29,49	3.790.513	35,71	4.494.148	42,34	4.808.315	45,30
	554 - Gestão do Trabalho e Educação em Saúde	5.187.000	4.944.940	95,33	7.651.490	147,51	7.651.490	147,51	7.651.490	147,51	7.651.490	147,51	7.651.490	147,51
	Subtotal	237.061.573	96.381.014	40,66	117.015.123	49,36	134.473.349	56,73	152.231.200	64,22	172.349.559	72,70	208.590.558	87,99
Água e Saneamento	711 - Saneamento Ambiental do Ceará	11.112.492	1.934.909	17,41	3.620.150	32,58	4.375.468	39,37	25.440.541	228,94	26.094.263	234,82	26.665.155	239,96
Meio Empresarial e Inovação	033 - Ceará Digital	7.911.247	431.690	5,46	512.285	6,48	596.580	7,54	682.639	8,63	803.312	10,15	1.327.965	16,79
	194 - Fortalecimento da Educação Superior e Profissional	56.100.400	31.099.613	55,44	36.113.384	64,37	39.386.052	70,21	41.048.067	73,17	44.841.504	79,93	50.224.725	89,53
	196 - Inovação Tecnológica, Pesquisa e Desenvolvimento Científico.	17.398.822	587.695	3,38	1.037.695	5,96	3.727.678	21,42	5.227.678	30,05	5.227.678	30,05	12.285.448	70,61
	Subtotal	81.410.469	32.118.998	39,45	37.663.364	46,26	43.710.310	53,69	46.958.384	57,68	50.872.494	62,49	63.838.138	78,42
TOTAL		1.134.202.356	483.998.079	42,67	580.543.983	51,19	687.840.049	60,65	813.951.699	71,76	919.685.102	81,09	1.041.858.522	91,86

ANEXO V

Acompanhamento dos Projetos de Assistência Técnica – Sinalização

21	SESA	Apoio à implantação e expansão do sistema AMQ junto às unidades do PSF - Avaliação Externa do Processo de AMQ	Vera Coelho / Imaculada Fonseca	EMPRESAS DE CONSULTORIA	\$91	SQC	Previa	Junho	2009	setembro	10	91	167,48														
22	SESA	Apoio à implantação e expansão do sistema AMQ junto às unidades do PSF- Capacitação e Comunicação Social para a AMQ	Vera Coelho / Imaculada Fonseca	EMPRESAS DE CONSULTORIA	\$209	SBQC	Previa	junho	2009	março	11	79	145,39	65	65												
23	SESA	Apoio à implantação e expansão do sistema AMQ junto às unidades do PSF- Sistema de Informação de AMQ	Vera Coelho / Imaculada Fonseca	EMPRESAS DE CONSULTORIA	\$40	SQC	Previa	junho	2009	outubro	10			40													
24	SESA	Apoio para implantação de sistemas de custos nos hospitais-pólo- Desenho e implantação do software de custeio por absorção	Vera Coelho / Helena Lima	EMPRESAS DE CONSULTORIA	\$185	SBQC	Previa	outubro	2009	março	12			185													
25	SESA	Apoio para implantação de sistemas de custos nos hospitais-pólo - Estratégia de Capacitação e disseminação do uso do software	Vera Coelho / Helena Lima	EMPRESAS DE CONSULTORIA	\$110	SQC	Previa	novembro	10	março	12				88	22											
26	SESA	Apoio para implantação de sistemas de custos nos hospitais-pólo-Validação da Metodologia	Vera Coelho / Helena Lima	CONSULTORIA INDIVIDUAL 1	\$30	Seção V – Diretrizes de Consultoria	Posterior	junho	2009	maio	10	30	55,21														
27	SESA	Apoio para implantação de sistemas de custos nos hospitais-pólo-Definições e ajustes no modelo de absorção - Prof. Ricardo	Vera Coelho / Helena Lima	CONSULTORIA INDIVIDUAL 2	\$50	Seção V – Diretrizes de Consultoria	Posterior	maio	10	julho	11	50	92,02														
28	SESA	Apoio para implantação de sistemas de custos nos hospitais-pólo - Elaboração dos Termos de Referência para Empresa que irá desenhar e implantar o software	Vera Coelho / Helena Lima	CONSULTORIA INDIVIDUAL 3	\$5	Seção V – Diretrizes de Consultoria	Posterior	agosto	10	Outubro	10	5	9,20														
29	SESA	Apoio à implantação e expansão do sistema AMQ junto às unidades do PSF - Compra de Equipamentos de informática para habilitar as CRES	Vera Coelho /Imaculada Fonseca	BENS	\$160	Pregão	Posterior	dezembro	09	agosto	10			160													
30	SESA	Apoio para implantação de sistemas de custos nos hospitais-pólo - Aquisição de equipamentos de computação e informação	Vera Coelho / Helena Lima	BENS	\$220	Pregão	Posterior	dezembro	09	Dezembro	10			220													
31	TCE	Fortalecimento Institucional do TCE – Contratação de empresas para ministrar cursos de capacitação para os servidores do TCE nas áreas de finanças públicas, contábil, estatística, dentre outros.	Gyovana Adjafre	SERVIÇOS DE NÃO CONSULTORIA	\$70	Shopping *	Prévia (*)	janeiro	10	novembro	10			70													
32	TCE	Contratação de empresa para realização de consultoria em auditoria de tecnologia da informação	Gyovana Adjafre	EMPRESAS DE CONSULTORIA	\$100	SQC	Prévia	novembro	10	janeiro	11			100													
33	TCE	Contratação de empresa para realização de consultoria em auditoria contábil e análise das demonstrações contábeis	Gyovana Adjafre	EMPRESAS DE CONSULTORIA	\$100	SQC	Prévia	novembro	10	janeiro	11			100													
TOTAL					\$3.670								\$500	\$920	\$2.567	\$451	\$152										
													\$3.670														

(**) Dolar em 11/08/09 (BACEN) =1,8404

Atualizado em 17/12/09

Legenda: Realização do projeto dentro do Plano de Licitações



Realização do projeto com atraso de um mês



Realização projeto com atraso de mais de 3 meses



ANEXO VI

Sumário das Pendências da Missão de Junho/09

SWAP II – Sumário das Observações e Ações Esperadas por Setorial conforme Ajuda Memória do BM

Observações Banco Mundial	Ação esperada por Setorial	Posição 16 11 09
1. Introdução		
A missão identificou a seguintes áreas para atenção especial nos próximos meses (Anexo 1)		
2. Arranjos de Implementação		
SEPLAG		
O Governador afirmou que os indicadores do desembolso do SWAP II vão ser monitorados no painel de controle do sistema de monitoramento dos programas prioritários (MAPP). O Comitê da Gestão por Resultados e Gestão Fiscal (COGERF) vai examinar o progresso dos indicadores do SWAP II em reuniões bimensais com as secretarias envolvidas no COGERF	Deliberação COGERF No. 376/2009 publicada no DO de 24/06/2009.	Deliberação COGERF No. 376/2009 publicada no DO de 24/06/2009.
3. Programa de Gastos Elegíveis		
SEPLAG		
O Banco solicitou ao Governo que tente evitar alterações adicionais aos nomes e códigos das linhas orçamentárias no período de duração do Projeto.	Programa de Gastos Elegíveis não serem modificados nas próximas revisões do Orçamento	Foram adotadas as recomendações na revisão do PPA 2008-2011, tendo-se o cuidado de não realizar mudanças de código.
SESA		
Ação 20.149 do programa 536	SESA agreed with the mission to maintain these expenditure commitments with the state government, rather than fazer acordos para que a mesma se financiasse ao nível dos Programas Municipais (Vera Coelho)	A ação continua, mas a execução está baixa.
SEPLAG		
Ação 20.200 do programa 554	A missão coordenou com a SEPLAG que por decreto estadual these expenditures will be reclassified under the original project code used in the project documents (20.200).	A SESA manteve a ação 20.200 no programa 554.
SECITECE		
Ceará Digital. Fortalecimento da Educação Superior e Profissional. Inovação Tecnológica, Pesquisa e Desenvolvimento Científico orçamento de 2009 desagregou os subitens. Dado as grandes mudanças das linhas orçamentárias, estas atividades deverão requerer de uma atenção especial. Dadas as grandes mudanças das linhas orçamentárias, estas atividades deverão requerer de uma atenção especial.	A missão pediu à contraparte que para os três PDEs, as linhas orçamentárias de 2009 fossem mapeadas às linhas originais do orçamento de 2008 incluídas no PAD. Somente serão sujeitas à regra dos 70% do SWAP aquelas atividades que forem mapeadas às linhas do orçamento original incluído no PAD. Um exercício inicial de mapeamento foi feito durante a missão, mas uma listagem e um mapeamento completo, incluindo os orçamentos aprovados de 2009, terão que ser realizados pela SEPLAG e SECITECE, e quaisquer modificações nas quantias orçamentadas terão que ser concordadas e implementadas. Somente serão consideradas pelo SWAP II aquelas atividades que forem mapeadas às linhas do orçamento original incluído no PAD.	SEPLAG e SECITECE mapearam os atuais programas às linhas do orçamento original incluído no PAD e a lista foi enviada juntamente com a solicitação do terceiro desembolso, em 21/10/09 (Anexo 2).
CIDADES		
Linha orçamentária: 711 - Em Maio de 2009 a taxa de desembolso era aproximadamente 9%.	CAGECE sugeriu que a taxa de execução orçamentária seja revisada pela Secretaria das CIDADES, devido a que a empresa há finalizado obras financiadas pela linha orçamentária 711. CAGECE e CIDADES vão se reunir para revisar e consolidar os números antes do final do mês de Junho, 2009.	Foram realizadas reuniões entre a CIDADES e CAGECE para tratar do assunto referente a taxa de execução orçamentária. Conforme relatório da SEPLAG acumulado até julho/2009, o percentual empenhado para as Fontes Tesouro no Programa 711 é de 29,42%. e em 28/10/09 é de 228,94%.

SWAP II – Sumário das Observações e Ações Esperadas por Setorial conforme Ajuda Memória do BM

Observações Banco Mundial	Ação esperada por Setorial	Posição 16 11 09
4. Disbursement-Linked and Secondary Indicators		
SEPLAG		
Durante a missão governador do Estado manifestou sua intenção de que todos os indicadores relacionados ao Programa SWAP II sejam incorporados nos indicadores de gestão por resultados do Estado (MAPP) e no painel de controle do governador que inclui somente os indicadores mais estratégicos do governo.	Indicadores sejam incorporados nos indicadores de gestão por resultados do Estado no painel de controle do Governador	Os indicadores de desembolso da operação SWAP encontram-se no sistema WebMapp, no módulo GPR/Painel de Controle das respectivas secretarias, com exceção da Secretaria da Saúde que não disponibilizou as informações.
SEFAZ		
As metas para os dois indicadores desta área – Current Fiscal Balance e Índice de Concentração de Impostos (Herfindahl) – foram alcançadas e, até o momento, as metas para 2009 estão sendo cumpridas.	A missão informou ao Secretário de Fazenda que uma outra missão do Banco (composta por Joseph Kizito and Regis Cunningham) visitará o estado nos próximos meses (provavelmente agosto ou setembro) para apresentar os resultados do trabalho de diagnóstico PEFA realizado durante a preparação do Projeto, bem como para discutir as reformas em potencial e atividades de fortalecimento que poderiam ser financiadas sob o componente de Assistência Técnica do Empréstimo.	Regis Cunningham e Joseph Kizito vieram em missão no dia 20/08 para apresentar os resultados do trabalho de diagnóstico PEFA. Regis Cunningham retornou em 16/10 para apresentar a versão revisada ao Secretário. Nesta ocasião, a SEFAZ se comprometeu a analisar as ações a serem financiadas pela Assistência Técnica.
SEPLAG		
Relatórios anuais de desempenho baseados em resultados (GPR). A equipe da SEPLAG trabalhando nos relatórios anuais de desempenho está introduzindo mudanças para melhorar o relatório para 2009 e começou a pedir para as secretarias a informação para o primeiro quadrimestre.	O Banco Mundial passou feedback para o governo sobre o desenho dos relatórios, as instruções para as secretarias (formulário de acompanhamento) e a informação que deve ser incluída para 2009 para atingir as características descritas no PAD. O Banco recomendou a inclusão da assinatura do secretário no relatório.	O Relatório de Desempenho Setorial (RDS) é anual. As orientações técnicas foram discutidas e elaboradas e o formulário está em processo de elaboração. Foram indicadas pela SEPLAG para apresentar RDS/2009 as secretarias: SEDUC, SESA, SECITECE, SECIDADES, SRH, CONPAM, SEINFRA, SDA. A SEPLAG realizará reunião com essas secretarias para apresentar o guia de preparação do RDS e o calendário das atividades até a validação pelo COGERF. Obs: o relatório quadrimestral é de acompanhamento do desempenho dos programas por meio dos indicadores de produtos. O relatório janeiro-dezembro será solicitado com as mudanças necessárias para elaboração do RDS.
Relatórios Produto - Resultado (RPR). Durante a reunião com o governador Gomes foi acordado que a equipe do SEPLAG identificará e sugerirá programas ou temas para produzir os relatórios produto-resultado ao COGERF ou ao governador mesmo. O COGERF escolherá, com a presença do governador, os temas dos relatórios que serão produzidos. O IPECE terá a responsabilidade técnica pela produção dos relatórios. Se o IPECE contar com técnicos com a capacidade para liderar o processo os relatórios serão produzidos pela IPECE. A IPECE contratará consultores caso a temática dos relatórios seja muito complexa.	Na próxima reunião do COGERF, planejada para Agosto, o governador Cid Gomes escolherá os três primeiros relatórios. Caso seja necessário, o Banco Mundial assistirá ao governo na preparação dos termos de referência para a contratação dos consultores.	O IPECE elaborou o TOR relativo à contratação de consultoria para o desenvolvimento dos relatórios produto-resultado referente aos seguintes temas: (i) A Pobreza e a Extrema Pobreza no Ceará; (ii) O Analfabetismo no Ceará; (iii) A População Beneficiada pelo Esgotamento Sanitário da CAGECE. O processo de licitação foi iniciado e, em 26/11/09, serão licitados através da modalidade Tomada de Preços (técnica e preço).
SEDUC		
The mission did identify a concern regarding the timing for presentation of compliance with the first DLI. It is not feasible for SEDUC in the case of student exams to process and disseminate these physically to all schools (as required by the indicator) by April of the following year.	The mission agreed with SEDUC counterparts that by April 2010 the Bank must receive evidence of the receipt of the 2009 exam data (summary statistics posted on SEDUC website), plus evidence that the 2008 data was processed at the level of individual schools, and physical reports delivered to each school.	As avaliações serão aplicadas em novembro de 2009. O resumo das estatísticas provavelmente não estará disponível no site da SEDUC até abril de 2010.
SESA		
Certificação de qualidade das equipes de saúde da família operando no Estado, de acordo com sistemas voluntários de auto-avaliação de qualidade pelas próprias equipes	Uma nota técnica deverá ser apresentada até dezembro de cada ano de vigência do Projeto SWAP II. A SESA irá produzir um modelo oficial de como esta nota, assinada pelo Secretário de Saúde do Estado, será emitida. (Maria Imaculada Ferreira da Fonseca).	O modelo de nota técnica foi elaborado e enviado à UGP em 12/11/2009 (Anexo 3).
Número de hospitais pelo licenciados pelo Estado de acordo com os critérios da ANVISA e de hospitais pelo certificados, no nível 1, através do sistema de certificação da ONA	A SESA ficaria encarregada de selecionar o hospital polo e entrar em contato com a ONA para iniciar o contato para o modelo de acreditação a ser implementado (Vera Coelho).	A SESA está concluindo um estudo para a seleção do hospital polo onde será desenvolvido o processo de certificação.

Número de hospitais polo com Sistemas de Custos Hospitalares implantados	Para verificação será a publicação, no website da SESA, de forma acumulada, das informações básicas de custos de 5 hospitais polo em 2009; 10 hospitais polo em 2010 e 15 hospitais polo nos anos de 2011 e 2012. A SESA se compromete a enviar: (a) a confirmação da lista dos 15 hospitais selecionados e a seleção dos 5 hospitais para o primeiro ano; e (b) os modelos preliminares das matrizes de saída de dados do sistema de custos que seriam implantados nos hospitais polo e divulgados no website da SESA (Helena Lima).	Ficou acordado entre a SESA e o Banco Mundial que as informações seriam publicadas no web site da secretaria apenas quando a consultoria for contratada. A lista dos 15 hospitais já foi entregue e encontra-se no relatório do especialista em saúde do Banco Mundial (Anexo 4). A SESA disponibilizou no seu website as matrizes com os dados referentes às suas unidades que implantaram o sistema de custos utilizando a metodologia insumo-produto. Em relação aos hospitais polo, como não foi iniciado o processo de implantação do sistema de custos, em decorrência do atraso da assistência técnica, a SESA só fará a inclusão da matriz desses hospitais quando o sistema estiver implantado e gerando relatórios.
Os temas relacionados aos Indicadores Secundários do Programa SWAp II na área de saúde foram discutidos durante a missão, mas não finalizados. Assim as Salvaguardas de saúde, que no caso se limitam ao tratamento de resíduos hospitalares das unidades apoiadas diretamente pelo Programa, com vistas a resolver estes pontos até a próxima missão foram assumidos os seguintes compromissos:	Elaborar uma proposta de operacionalização, definição de linha de base e metas anuais para os indicadores secundários do programa (André Cezar Medici ficará encarregado de elaborar uma proposta, a ser referendada pela UEP, com base nas informações estatísticas levantadas pelo Programa)	Foram elaborados os três relatórios dos protocolos dos indicadores (Anexo 5).
	Elaborar uma proposta de solução para a questão de disposição de resíduos hospitalares nos hospitais apoiados pelo Programa e USF. Neste caso, se propõe incorporar indicadores de verificação de disposição de resíduos nas unidades do PSF, a partir da estratégia de AMQ e de discussão dos temas de resíduos hospitalares nos hospitais - polo, a ser incorporada adequadamente nos protocolos de licenciamento das unidades e de acreditação no nível 1 da ONA.	Em relação aos hospitais, a vigilância sanitária da SESA, após a inspeção sanitária, emite relatório identificando as inadequações do processo de gerenciamento de resíduos sólidos dos hospitais. No que se refere ao destino final dos resíduos sólidos, a SESA não tem governabilidade para a ação.
SRH - COGERH		
Billing for distributed bulk water (industrial, irrigation, and aquaculture) – COGERH	COGERH ainda não há calculado este DLI para 2008 ou 2009.	Resultados : 2008 – 10%; 2009 – 14%. A meta no ano de 2008 não foi atingida por causa do faturamento dos setores de irrigação e aquíicultura. Nesta última categoria o setor que mais contribuiu para o baixo desempenho foi a carcinicultura. Foram criados dois grupos de trabalho para discutir a tarifa de água bruta, sendo um específico para a agricultura e outro para o setor de carcinicultura. O objetivo dos grupos é renegociar os procedimentos e valores da tarifa para os setores com base na disposição a pagar de cada um. Os dois grupos já apresentaram uma proposta que será submetida à apreciação do Conselho Estadual dos Recursos Hídricos - CONERH em sua próxima reunião, marcada para agosto de 2009. Além disso, o volume faturado para as categorias foi afetado pelo período chuvoso do biênio 2008-2009. Com o período favorável de 2008, houve uma redução da demanda pela água bruta fornecida pela COGERH. Por outro lado, as chuvas de 2009 arrasaram lavouras e destruíram fazendas de camarão, reduzindo a demanda pela água bruta disponibilizada pela COGERH. No que se refere à carcinicultura, o setor vem sofrendo ainda com a significativa queda das exportações causada pela apreciação cambial dos últimos 5 anos. Várias empresas saíram do mercado, reduzindo tanto o volume faturado quanto o volume captado. Em levantamento prévio identificou-se que 03 empresas que consumiam água em 2007, não consumiram nada no período 2008-2009. A COGERH está realizando fiscalização para identificar se estas empresas realmente encerraram suas atividades. No mesmo sentido, deverá ser realizada fiscalização com maior amplitude para adequar a estimativa do volume de água bruta captado pelo setor. A COGERH informou que, em 30/09/09, a posição desse indicador é de 12%. A justificativa é que a cobrança de água no setor agrícola não vem sendo realizada, pois depende da efetividade de decreto regulamentando a proposta do Grupo de Trabalho da Irrigação – GTI. Apenas o perímetro de Tabuleiro de Russas vem pagando suas faturas, independentemente das discussões do GTI. Se os demais perímetros estivessem pagando, estima-se que o índice teria chegado a 25%.

CIDADES - CAGECE		
Water supply and wastewater connections increase - CAGECE	By end-June 2009 CAGECE is to provide a detailed methodological description of the indicators, their respective data, registering system, certification mechanisms and responsibilities for data collection and monitoring, as well a fuller explanation of the current DLI level.	Foi encaminhado ao Banco o acompanhamento através de e-mail, em 12/06/2009.
CAGECE informed the mission it has already met the final secondary indicator target for EBITDA Ratio.	By end-June 2009 CAGECE is to provide detailed methodological description of the measurement of this indicator, their respective data, registering system, certification mechanisms and responsibilities for data collection and monitoring, as well a fuller explanation of the current EBITDA Ratio.	Foi atendida a solicitação do Banco, através de e-mail encaminhado em 17/06/2009.
ARCE		
ARCE secondary indicator on CAGECE Water Quality Compliance.	By end-June 2009 ARCE is to provide a detailed methodological description of the indicators, their respective data, registering system, certification mechanisms and responsibilities for data collection and monitoring.	As informações solicitadas pelo Marcos Tadeu, Consultor do Banco Mundial, foram enviadas por email (mtabicall@worldbank.org) no dia 5 de junho de 2009, 1 (um) dia após a reunião entre a ARCE e o Banco.
	The mission suggested that CAGECE and ARCE jointly discuss the issue and agree on methodological approach based on the current national regulation issued by the Ministry of Health.	A 1ª reunião com a CAGECE para discussão do tema foi realizada no dia 5 de agosto, na sede da ARCE.
	ARCE also mentioned to the Mission their current unstable institutional arrangement regarding regulating CAGECE. The mission raised this issue and concerns on regulatory development to the State Governor, who agreed to discuss the issue and find a rapid response with both involved State Secretariats (PGE and Cidades).	No mesmo dia da reunião entre o Banco Mundial e o Governador do Estado, houve assinatura do projeto de lei que traz estabilidade institucional a ARCE no setor de saneamento. O referido projeto foi aprovado pela Assembléia Legislativa em 24 de junho e publicado no Diário Oficial do Estado em 9 de julho, como Lei 14.394/2009, que <i>define a atuação da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados do Estado do Ceará - ARCE, relacionada aos serviços públicos de saneamento básico, e dá outras providências.</i>
ETICE		
População urbana morando em municípios que estão conectados ao (Cinturão Digital)	A empresa vencedora da licitação já havia assinado contrato com o estado, e planos de trabalho já haviam sido elaborados para a implementação do projeto, porém ETICE aguarda a resolução da ação judicial para dar início aos trabalhos (decisão era esperada para o dia 4 de junho).	Foi deliberada pelo ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal, datada de 18.06.09, a cassação da liminar do mandado de segurança que suspendiam as obras do Cinturão Digital, acarretando na retomada dos trabalhos em torno das obras de lançamento das fibras no interior do Estado.
SEFAZ		
The share of companies able to complete the registration process with SEFAZ in less than 72 hours.	It was agreed that an initial proposal will be sent to the Bank by June 12th, describing the methodology for ensuring the achievement of the indicator and the format to be used to document and transmit that information to IPECE and the World Bank. Moreover SEFAZ will send to the Bank by June 20th an initial calculation of this indicator for 2008, using the methodology to be proposed by SEFAZ that may already or not include comments and suggestions from the Bank. It was agreed that reporting of this indicator to the Bank will be done every semester, by January 30th and July 30th of each year through 2012.	A planilha com o cálculo do indicador para 2008 foi enviada ao Especialista Cristian Quijada no dia 16/06/09. Em relação ao e-mail do especialista no dia 29/10/2009, solicitando a entrega da proposta metodológica para a mensuração do indicador, a UGP foi informada em 12/11/09 pela SEFAZ que a mesma está sendo desenvolvida.
CONPAM - SEMACE		
Issuing of State Environmental License	It was agreed that an initial proposal describing the methodology for ensuring the achievement of the indicator and the format to be used to document and transmit that information to IPECE and the World Bank will be sent to the Bank by the end of June. In the meantime, the main contact person for this indicator will be Ms. Maria Goretti Gurgel Mota de Castro, Executive Secretary of CONPAM.	Enviado para o Banco Mundial em 17 de setembro de 2009 o Termo de Referência para contratação de consultoria para Fortalecimento da Política Estadual de Meio Ambiente - <i>revisão dos procedimentos adotados pela Superintendência Estadual do Meio Ambiente do Estado do Ceará - SEMACE, no processo de licenciamento ambiental.</i> Quanto ao indicador de REDUÇÃO DE PRAZO DE EMISSÃO DAS LICENÇAS AMBIENTAIS, o melhor indicador e a proposta metodológica será definido junto com a consultoria a ser contratada. Inicialmente estamos propondo atingir uma meta d redução de 10% para o ano de 2010 e de 20% para o ano de 2011. A linha de base está sendo levantada pela SEMACE e breve a enviaremos.
SECITECE- NUTEC		
Number of Partnerships NUTEC-private sector	It was agreed that an initial proposal describing the methodology for ensuring the achievement of the indicator and the format to be used to document and transmit that information to IPECE and the World Bank will be sent to the Bank by end-June. (Mr. Josemar Viana Aguiar)	O Protocolo do Indicador foi enviado ao Banco para Christian Quijada Torres.

SWAP II – Sumário das Observações e Ações Esperadas por Setorial conforme Ajuda Memória do BM

Observações Banco Mundial	Ação esperada por Setorial	Posição 16 11 09
5. Assistência Técnica		
CONPAM - SEMACE		
Institutional Strengthening for Environmental Management.	The CONPAM/SEMACE team indicated that they will be providing a proposal by the end of June for the activities that they would like to focus on with the technical assistance.	Foi elaborado o Termo de Referência para Contratação de Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica para Fortalecimento da Política Estadual de Meio Ambiente - <i>revisão dos procedimentos adotados pela Superintendência Estadual do Meio Ambiente do Estado do Ceará - SEMACE, no processo de licenciamento ambiental</i> e enviado ao Banco para não objeção em 17/09/2009.
CIDADES		
Evaluation of approaches to address poor water quality in problem sector areas.	This TA activity will be implemented by Cidades, in coordination with CAGECE, which is also preparing complementary studies to address that issue. The draft Terms of Reference should be sent to Bank by the end of June. The contract is expected to be signed by January 2010.	Em 14/07/2009 foi solicitada alteração no cronograma inicial, tendo em vista a solicitação da CAGECE em alterar o objeto inicialmente previsto. A Secretaria das Cidades aguarda justificativa da CAGECE para submeter a não objeção do Banco. A nova data prevista é dezembro/2009.
6. Política de Salvaguardas do Banco Mundial		
CIDADES - CAGECE		
Reassentamento Involuntário. A missão nas reuniões com CAGECE y SRH perguntou sobre a execução de atividades de água e saneamento. Na reunião com a Secretaria das Cidades e o CAGECE, informou-se que o governo é responsável por reportar os investimentos em água e saneamento no SWAp II que poderiam requerer desapropriação e/ou reassentamento involuntário. Os investimentos estarão descritos num relatório detalhado, que inclui informação técnica, ambiental e social, de desapropriação e/ou reassentamento se forem realizados.	Foi combinado que este relatório seria enviado ao Banco até o final de junho para sua análise, e continuará sendo apresentado mensalmente para a sua revisão pelo Banco.	CAGECE encaminhou acompanhamento ao Banco sobre desapropriação, em 31/08/2009. Ver planilha Valor e desapropriação (Anexo 6).
	O projeto tem reportado uma lista de 27 desapropriações no programa 711 em Saneamento Básico de abastecimento de água urbana (10054). Neste caso, o projeto deverá elaborar um ARP antes do início das obras para sua aprovação do Banco. No relatório do governo não está claro se as desapropriações estão concluídas ou não, e só uma aparentemente já foi concluída.	Até o dia 31/08/2009 não foi concluída nenhuma desapropriação prevista. Ver planilha Valor e desapropriação (Anexo 6).
	No momento o Banco não confirmou a consistência do processo das intervenções do programa 711 com os processos de SANEAR 2 (e os requerimentos da política do Banco Mundial em relação a desapropriação/reassentamento).	Foi realizada uma reunião, no dia 02 de junho, com a consultora do Banco Mundial Pillar Larreamendy e a equipe do Sanear II, onde foi apresentado toda a estrutura do programa de reassentamento desenvolvida pelo Sanear II. Na ocasião não houve manifestação do Banco sobre eventuais incoerências com as salvaguardas do Banco (Anexo 7).
	O Banco não pode desembolsar dinheiro baseado nos gastos num programa (p. ex. Programa 711) que não cumpra com a política de salvaguardas. A recomendação do Banco é que o governo confirme o uso dos processos e a equipe do SANEAR 2 para qualquer processo de desapropriação /reassentamento nos programas incluídos no SWAP II. Se não, precisaria analisar e documentar, por meio da contratação de uma consultoria externa, a consistência entre o processo judicial/ amigável e as demandas da política do Banco a respeito. O Banco não poderia desembolsar baseado nos gastos ou metas do Programa 711 enquanto a certificação de consistência não esteja concluída.	Relatório trimestral de reassentamento e desapropriação elaborado (Anexo 8).
IPECE		
Salvaguardas Sociais - Povos Indígenas - atividades de assistência técnica em educação e saúde	A missão concordou que IPECE elaborará os TORs destas consultorias, para revisão do Banco em julho de 2009. De igual forma, a missão concordou com o IPECE definir os indicadores para monitorar os treinamentos que receberem os professores das escolas indígenas e elaborar os TORs.	O IPECE irá elaborar um Termo de Referência em dezembro de 2009, conforme Plano de Aquisição.

7. Aquisições		
SEDUC - SESA - CIDADES - CAGECE - SECITECE		
As discussed during the mission, for EEP expenditures to be eligible for reimbursement under the SWAp II, the procurement method and prior review thresholds of the Bank must be complied with, as well as the requirement that the bidding documents must be acceptable to the Bank (including but not limited to the inclusion of the anticorruption clauses in all contracts).	Compliance with prior review requirements must be ensured by the UGP to avoid the risk of misprocurement (Anexo 7).	A PGE enviou o ofício referente ao assunto a todas as setoriais, assim como a UGP.

Fonte: Ceará SWAp II: Crescimento com Inclusão Social. Relatório da Missão do Banco Mundial - 1 a 8 de junho de 2009.

Lista dos Anexos

Anexo 1 - Introdução (Página 7)

Anexo 2 - Ajustes na Programação das Ações Orçamentárias da SECITECE (Arquivo enviado em anexo)

Anexo 3 - Modelo de nota técnica (Arquivo enviado em anexo)

Anexo 4 - Relatório da Missão do Banco Mundial – Componente Saúde (Arquivo enviado em anexo)

Anexo 5 - Protocolo dos indicadores secundários (Arquivo enviado em anexo)

Anexo 6 - Planilha valor e desapropriação (Arquivo enviado em anexo)

Anexo 7 - Ata da reunião do dia 02.06.2009 (Arquivo enviado em anexo)

Anexo 8 - Projeto Específico de Reassentamento e Compensações (Arquivo enviado em anexo)

Anexo 9 - Aquisições (Página 7)

SWAP II – Sumário das observações e Ações esperadas por Setorial conforme Ajuda Memória do BM

ANEXOS

Anexo 1. Introdução				
	EEPs	Indicadores	Assistência Tec.	Salvaguardas
Gestão Setor Pub.		X	X	
Educação				
Saúde	X	X	X	
Água & Saneamento	X			XX
Bus. Env. & Innovation	X			

Fonte: Ceará SWAP II: Crescimento com Inclusão Social. Relatório da Missão do Banco Mundial - 1 a 8 de junho de 2009.

Anexo 9. Aquisições			
Expenditure category	Contract value threshold (US\$ thousands)	Procurement method	Processes subject to prior review
Works	≥ 25,000	ICB	All processes
	< 25,000 ≥ 500	NCB	All processes above US\$15,000,000
	< 500	Shopping	None
Goods	≥ 5,000	ICB	All processes
	< 5,000 ≥ 100	NCB	All processes above US\$1,000,000
	< 100	Shopping	None
Non-consulting services	≥ 5,000	ICB	All processes
	< 5,000 ≥ 100	NCB	All processes above US\$1,000,000
	< 100	Shopping	None
Consulting (firms)	≥ 500	QCBS/QBS	All processes
	< 500 ≥ 200	LCS/CQS	All processes
	< 200	QCBS/LCS/FBS	None
Individual consultants		Section V in the Guidelines	None
Direct contracting			All cases regardless of the amounts involved

Fonte: Manual Operacional.

Atualizado em 16.11.2009

ANEXO VII

Deliberação COGERF 707/2009 (Anexo III)

DELIBERAÇÃO COGERF Nº 707 /2009

Dispõe sobre as ações para garantir o cumprimento das metas condicionantes dos desembolsos da Operação SWAP II

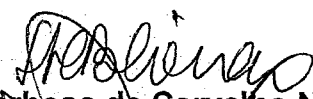
Os Secretários de Estado integrantes do Comitê de Gestão por Resultados e Gestão Fiscal – COGERF, instituído pelo Decreto nº 27.524, de 09 de agosto de 2004, no uso das atribuições que lhes foram conferidas pelo art. 2º do mencionado Decreto e CONSIDERANDO o parágrafo 1º da Deliberação de nº 376/2009 sobre o acompanhamento bimestral do desempenho do *Projeto de Apoio à Inclusão Social e Crescimento Econômico – SWAP II* por esse Comitê e, ainda, com base na apresentação realizada em 26/11/09, posição em 30/10/09, dos indicadores primários, secundários e despesas elegíveis das setoriais envolvidas que apresentaram média e baixa probabilidade de cumprimento das metas acordadas, o que pode comprometer o desembolso integral das parcelas do empréstimo BIRD 7600-BR,

RESOLVEM:


Art. 1º. Recomendar, exclusivamente, dentro da competência do COGERF, que as ações, descritas no Anexo I, sejam implementadas, cabendo ao órgão responsável pela meta a execução da ação, dentro do prazo e nos moldes do projeto.

Art. 2. Esta Deliberação entra em vigor na data da sua assinatura.

Sala de Reuniões do COGERF, em Fortaleza, 26 de novembro de 2009.


Aloísio Barbosa de Carvalho Neto
COORDENADOR DO COGERF


Arialdo de Mello Pinho
MEMBRO


Carlos Mauro Benevides Filho
MEMBRO


Desiree Mota
MEMBRO

ANEXO I

Indicador Primário								
Setorial	Descrição Indicador	Meta	Posição 30 10 09	Probabilidade de Cumprimento	Ação Esperada	Responsável	Prazo	
SESA	Indicador 7 a: Percentual de Equipes de PSF/AB classificadas no sistema de classificação de qualidade do AMQ.	20%	10,5%	Baixa	Encaminhamento de justificativa para a elaboração do <i>waiver</i> e iniciar licitação.	Vera Coelho	11/12/2009	
	Indicador 9: Número dos hospitais públicos e particulares no Estado (hospitais polo) com sistemas padronizados de contabilidade de custos e que remetem relatórios anuais de custos a SESA	10	0	Baixa	Encaminhamento de justificativa para a elaboração do <i>waiver</i> e iniciar licitação.	Vera Coelho	11/12/2009	
COGERH	Indicador 10: Percentual de faturamento da Água Bruta distribuída a usuários industriais, agrícolas e de aquicultura.	≥18%	12%	Média	Encaminhamento de nota técnica para envio ao Banco Mundial pela UGP sobre os motivos que levaram à situação presente do indicador e entrar em contato com a PGE para agilizar a assinatura de Decreto.	Luiz Fernando	04/12/2009	
SEDUC	Resultados das avaliações externas dos alunos do 2º, 5º, 9º e 12º anos processados e publicizados em nível de cada escola pública do Estado, juntamente com o relatório de melhores práticas.	≥ 90%	30%	Média	Ofício da Secretária informando da impossibilidade de cumprimento desse indicador até abril de 2010 somente podendo disponibilizar ao Banco Mundial, até essa data, dados gerais e preliminares das avaliações que não poderão ser publicados no site.	Eneida Maia	Ofício GAB 2354/09 entregue à Coordenação SWAP II em 18/11/09	
Indicador Secundário								
SESA	Relatórios semestrais do "Grupo da Água" para combater a diarreia infantil que leva a internação	4	-	Média	Apresentar ao COGERF os 4 relatórios do Grupo da Água.	Vera Coelho	07/12/2009	
ARCE	Índice de conformidade da qualidade da água distribuída pela CAGECE (pela ARCE)	60%	-	Média	A ARCE deve determinar à CAGECE a elaboração de um plano de ação para que a meta seja atingida.	Alexandre Caetano	11/12/2009	
Programas Elegíveis (R\$) Posição 24/11/09								
SECITECE	033 Ceará Digital	7.911.247	803.312	10,15%	Baixa	Encaminhamento de justificativa para a elaboração do <i>waiver</i> .	Teresa Lenice Mota	11/12/2009
	196 Inovação Tecnológica, Pesquisa e Desenvolvimento Científico	17.398.822	5.227.678	30,05%	Baixa	Intensificar a execução dos gastos previstos nesse programa	Teresa Lenice Mota	31/12/2009
SESA	536 Fortalecimento da Atenção Primária à Saúde	10.765.155	4.494.148	41,75%	Baixa	Agilizar a assinatura e publicação do Decreto de transferência fundo a fundo.	Vera Coelho	11/12/2009

ANEXO VIII

Justificativa da SECITECE – Ceará Digital

PROGRAMA

CEARÁ DIGITAL

1. INTRODUÇÃO

O presente relatório visa demonstrar que apesar do volume de investimentos aplicados através do programa “Ceará Digital” situar-se em um nível abaixo do pactuado no contrato Swap, o Governo do Estado do Ceará investiu fortemente com o propósito de atingir o objetivo deste programa que consiste em fazer uso das novas tecnologias para melhor cumprir com o seu papel social.

O equívoco cometido por nós neste programa esteve relacionado, à época, em acreditar que programas de forte cunho social como Tele-educação e Tele-medicina poderiam ser implementados de imediato e de forma intensiva com abrangência em todo o Estado. Infelizmente, nos deparamos com uma infra-estrutura de conectividade na qual a implementação dos projetos acima citados naquele momento comprometeria de maneira significativa sua eficácia. No Ceará, apenas cinco municípios dispõem de Internet numa velocidade média acima de (512kbps). Dos projetos inicialmente pensados para o programa Ceará Digital foram executados apenas aqueles em que a dependência com relação à conexão não constituiria um fator limitante.

Os investimentos iniciais, portanto, foram direcionados no sentido de dotar o estado do Ceará de uma boa infra-estrutura de rede, bem como criar as condições ideais para que os projetos pudessem ser implementados da melhor maneira possível. Neste contexto, diversos projetos foram desenvolvidos, porém, executados sob outros programas. A seguir descreveremos estes programas, apresentando sua real relação com o programa “Ceará Digital”.

O programa “Ceará Digital” tem como principal propósito realizar investimentos na área de Tecnologia da Informação e Comunicação. Propõe ainda, fazer com que a sociedade cearense se insira na era da informação e tenha acesso a serviços através do uso desta tecnologia. Inicialmente, tinha-se pensado em trabalhar em áreas essenciais de atuação do Estado como educação, saúde e segurança fazendo uso das novas tecnologias.

2. PROJETO CINTURÃO DIGITAL

Visando universalizar o acesso a serviços digitais, o Governo do Ceará está desenvolvendo uma infra-estrutura capaz de promover o desenvolvimento socioeconômico do Estado, o empreendedorismo, o favorecimento da modernização da gestão pública, a ampliação da prestação de serviços à população em diversas áreas e principalmente a criação de uma nova perspectiva de cidadania por meio da inclusão digital.

O ponto de partida é o projeto Cinturão Digital, que fornecerá infra-estrutura para acesso a serviços digitais a 82% da população urbana do Ceará, através de fibras ópticas, com o objetivo de prover acesso por banda larga nas principais cidades do Interior. Com isso, o Governo do Estado espera garantir mais eficiência na

administração pública estadual, propiciar melhorias às administrações municipais e proporcionar benefícios para a população.

Com o projeto a população terá acesso a serviços digitais, como internet, videoconferência, TV Digital, telefonia celular etc., ferramenta indispensável para o desenvolvimento econômico do Estado.

Um anel de 3.000 Km de fibras ligará as cidades de Fortaleza, Milagres (Cariri), Tauá (sertão dos Inhamuns) e Sobral (região Norte). A partir dessa infra-estrutura, 25 pontos serão conectados por meio de ramificações de fibras. A distribuição do acesso se dará através da tecnologia Wimax, que fornece ligações de até 70 Mbps, em cada município.

Em Fortaleza, o Cinturão Digital se integrará com a rede metropolitana Gigafor, utilizando infra-estrutura do MCT, já existente, permitindo o acesso dos órgãos do Governo com velocidade de até 2 Gbps.

Mais do que levar Internet àqueles que não têm chance de acessá-la, o Projeto busca a inclusão digital e social dos indivíduos que não podem pagar pelo serviço.

O Cinturão Digital do Estado integrará outros projetos do Governo. O e-Jovem, a digitalização da TVC, o incentivo ao desenvolvimento tecnológico, a automatização de postos da Secretaria da Fazenda (Sefaz), o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), do Governo Federal, são exemplos de projetos beneficiados com Cinturão Digital. A iniciativa lança as bases para vários projetos de Educação a Distância, atração de novas empresas de base tecnológica, fornecimento de laboratórios e recursos computacionais para uso da população e muitos outros. A figura abaixo mostra a infra-estrutura de fibras óticas que se está construindo.

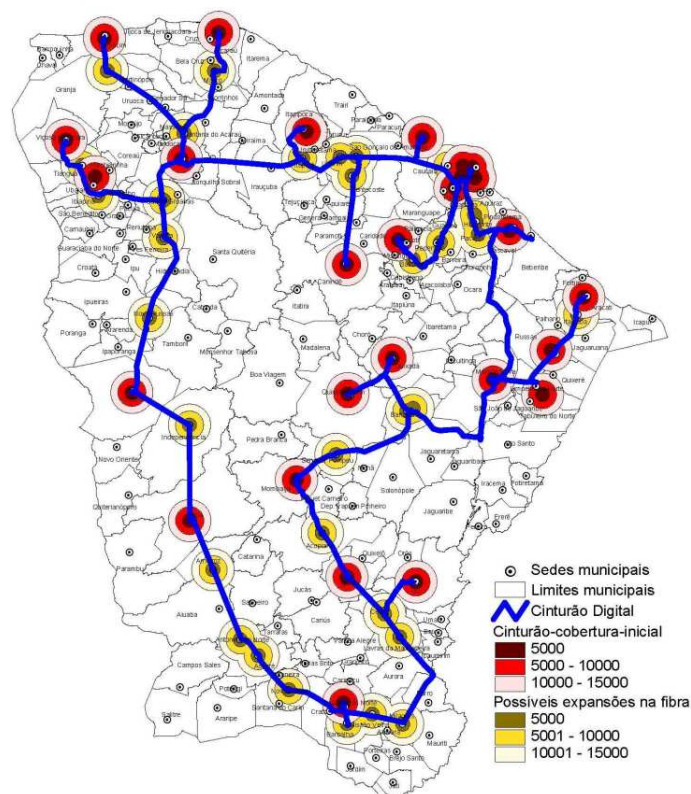


Figura 1. Cinturão digital

3. PROJETO CENTRO DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA - CED

Percebeu-se, ainda, que um projeto de Tele-educação para ser levado adiante, não bastava apenas de uma boa infra-estrutura de rede, carecia ainda de um centro produtor de conteúdos. Encontra-se em construção, então, o CED – Centro de Educação a Distância. Este Centro se caracteriza, essencialmente, por seu trabalho intensamente interdisciplinar e composto de ações imprescindíveis para seu correto funcionamento. Suas ações estarão distribuídas entre as seguintes atividades:

- 1) Preparação de Cursos e Materiais Didáticos;
- 2) Montagem de Cursos a Distância utilizando Internet, Vídeo, Mídia Impresa, Multimídia, Videoconferência, Teleconferência e Realidade Virtual;
- 3) Geração e Recepção de Tele e Videoconferências;
- 4) Estrutura de apoio e suporte aos alunos;
- 5) Planejamento, Operacionalização e Capacitação de Equipes para implantação de Sistemas de Administração de Educação a Distância.
- 6) Marketing;

7) Implantação de Infra-Estrutura Física e Tecnológica necessárias;

8) Aquisição de equipamentos;



Figura 2. Projeto Centro de Educação a Distância (vista externa)



Figura 3. Projeto Centro de Educação a Distância (vista interna)

4. PROJETOS DE CAPACITAÇÃO

No âmbito da formação na área de Tecnologia da Informação e Comunicação, destacam-se os projetos dos Centros Digitais do Ceará – CDC, o “e-jovem” e a Universidade do Trabalho Digital – UTD. Estes projetos diferenciam-se pelo nível de formação que é ofertado bem como pelo público alvo. O CDC e o e-jovem irão utilizar fortemente a infra-estrutura do cinturão digital bem como dos conteúdos gerados pelo Centro de Educação a Distância. O CDC é um projeto voltado para a inclusão digital e a formação na área de TI em nível básico, estando situado em municípios do interior do estado e com baixo IDM. Quanto ao “e-jovem” ele está destinado a jovens egressos do ensino médio e visa dar uma formação profissional na área de TI com o objetivo de inseri-lo no mercado de trabalho. O e-jovem é ofertado em cidades da região metropolitana de Fortaleza como também em municípios do interior. A UTD situa-se no topo da pirâmide, oferecendo, prioritariamente, cursos de formação em tecnologias específicas e cursos de especialização Lato Sensu. Destes 03 projetos, apenas o CDC está inserido no programa Ceará Digital, apesar de avaliarmos que todos os três contribuem de maneira significativa para a formação de mão-de-obra para o programa Ceará Digital. No CDC foram investido no ano de 2009, R\$, no e-jovem ... e na UTD

4.1. CENTRO DIGITAL DO CEARÁ - CDC

A Secitece, por meio de uma parceria entre o Instituto Centro de Ensino Tecnológico (CENTEC) e o Fundo Estadual de Combate à Pobreza (FECOP), vem desenvolvendo núcleos de apoio comunitário com foco no acesso à rede de informação e negócios e na utilização de computadores, por meio de cursos baseados em demandas locais.

O objetivo do Projeto é disseminar conhecimentos e habilidades no domínio das tecnologias da informação em associação com o estímulo à profissionalização, a melhoria educacional e ao incentivo ao negócio em informática, como forma de incentivo ao trabalho e ao emprego não-agrícola no interior do Estado do Ceará e como apoio à capacitação de recursos humanos para melhoria do ensino fundamental e médio nos municípios com menores Índices de Desenvolvimento.

Desde o início da implantação deste Projeto, já foram instalados Centros Digitais em nove localidades no Ceará: Amontada, Barreira, Caririaçu, Fortaleza, Fortim Massapé, Pires Ferreira, Poranga e Santana do Cariri.

4.2. PROJETO E-JOVEM

O e-Jovem é um projeto cuja proposta é oferecer formação complementar na área de Tecnologia da Informação para jovens egressos e concluintes do Ensino Médio regular das escolas públicas estaduais, com o objetivo principal de ampliar as oportunidades de inserção destes no mercado de trabalho. Trata-se de iniciativa do Governo do Estado do Ceará, através da Secretaria da Educação – SEDUC, cuja proposta de formação complementar é desenvolvida através de Educação a Distância – EAD, com metodologia semipresencial, mediada por monitor universitário. O conteúdo é fundamentado em três módulos.

Os principais objetivos do projeto e-jovem são:

- Oferecer uma formação em TI e orientação para o mercado de trabalho e empreendedorismo;
- Desenvolver projetos de inserção social nas comunidades das escolas inseridas no e-Jovem, criando uma cultura de responsabilidade social através do envolvimento dos jovens com os problemas das suas comunidades;
- Instalar centros produtores de software nas comunidades atendidas, distribuídos nos municípios, em articulação com empresas cearenses de Tecnologia de Informação – TI;
- Atender às necessidades e anseios dos jovens, através da universalização da “cultura digital” e, do fortalecimento do vínculo com a educação escolar e o apoio à continuidade dos estudos, o que possibilita, também, o ingresso do mesmo no ensino superior;
- Buscar parcerias com outras Secretarias Estaduais (STDS e SECITECE) como forma de articular uma maior inserção dos jovens no mercado de trabalho.

A seguir, apresentamos um detalhamento dos módulos:

- Módulo I

- Português – 40 h/a;
- Matemática – 40 h/a;
- Inglês Instrumental – 60 h/a;
- Informática Básica – 150 h/a;
- Raciocínio Lógico – 50 h/a;
- Empreendedorismo Social* – 60 h/a.

Totalizando 400 h/a.

- Módulo II

- Informática Básica e Linux Básico - 56 h/a;
- Inglês Técnico - 64 h/a;
- Projetos Web - 64 h/a;
- Inkscape - 44 h/a;
- Gimp - 44 h/a;
- HTML, CSS e Dreamweaver - 64 h/a;
- Flash - 32 h/a;
- Framework – Joomla - 48 h/a;
- Lógica de Programação – Scratch e Python - 80 h/a;
- PHP - 88 h/a;
- Hardware - 48 h/a;
- Redes de Computadores - 60 h/a;
- Linux Intermediário - 32h/a;
- Empreendedorismo - 40 h/a;
- Programação Java - 52 h/a;
- Iniciação à Computação Gráfica - 16 h/a;
- Iniciação à Gravação, Composição Musical, Mixagem de Áudio - 32 h/a;
- Iniciação à Edição não Linear de Vídeo e Áudio - 16 h/a.

Totalizando 880 h/a, o módulo será desenvolvido em parceria com o IFCE, através do Centro de Pesquisa e Qualificação Tecnológica - (CPQT), é de característica semipresencial.

- Módulo III

Inserção no mercado de trabalho

Corresponde ao programa de empreendedorismo econômico, que inclui iniciativas de micro-crédito e cooperativismo. Proporciona ao aluno a possibilidade de formação de cooperativas e microempresas, assim como estágios. Em discussão com a Secretaria da Ciência, Tecnologia e Educação Superior - (SECITECE) e Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social – (STDS) e as parcerias com as empresas de localidades distintas.

Organograma do curso



Figura 4. Organograma do e-jovem

Cidades atualmente contempladas:

Fortaleza, Caucaia, Maranguape, Maracanaú, Sobral, Iguatu, Juazeiro, Crato, Tauá, Aracoiaba, Horizonte, Pacatuba, Itapipoca, Bela Cruz, São Bedito, Santa Quitéria, Redenção, Pacajus, Tabuleiro do Norte, Jaguaribe, Quixadá, Crateús, Senador Pompeu, Cedro, Barbalha, Brejo Santo, Massapê, Meruoca, Milagres, Beberibe, Pedra Branca, São Gonçalo do Amarante, Itapajé, Acaraú, Ubajara, Reriutaba, Canindé, Aracati, Russas, Boa Viagem, Acopiara, Campo Sales, Mauriti, Cascavel, Limoeiro do Norte, Tianguá, Icó, Quixeramobim, Camocim e Baturité.

4.3. UNIVERSIDADE DO TRABALHO DIGITAL - UTD

No âmbito da formação presencial na área de Tecnologia da Informação e Comunicação, iniciamos a execução do projeto da UTD – Universidade do Trabalho Digital. Este projeto consiste em um esforço para formação de nossos jovens no domínio das novas tecnologia com um forte viés empreendedor. Visa a formação desde cursos em tecnologias específicas até cursos de pós-graduação Lato-sensu. A UTD fará parte de um projeto maior que é a implantação de um Pólo Tecnológico no centro da cidade de Fortaleza. A UTD será, portanto, um dos pilares de sustentação deste pólo, na medida em que irá garantir a oferta de mão-de-obra em quantidade suficiente para atender à demanda do pólo. Para tanto, foram investidos inicialmente em recursos alocados no programa Ceará Digital, R\$ 1.500.000,00 referente a reforma de 04 andares do Edif São Luis, edifício este que abrigará a Universidade do Trabalho Digital. A conclusão das obras de reforma está prevista para o mês de março de 2010. Entretanto, para uma melhor execução financeira, estes recursos forma repassados para o DER (Departamento de Edificações e Rodovias) órgão este responsável pela execução de obras no âmbito do Estado do Ceará.



Figura 4. Edif São Luis – Sede da Universidade do Trabalho Digital - UTD

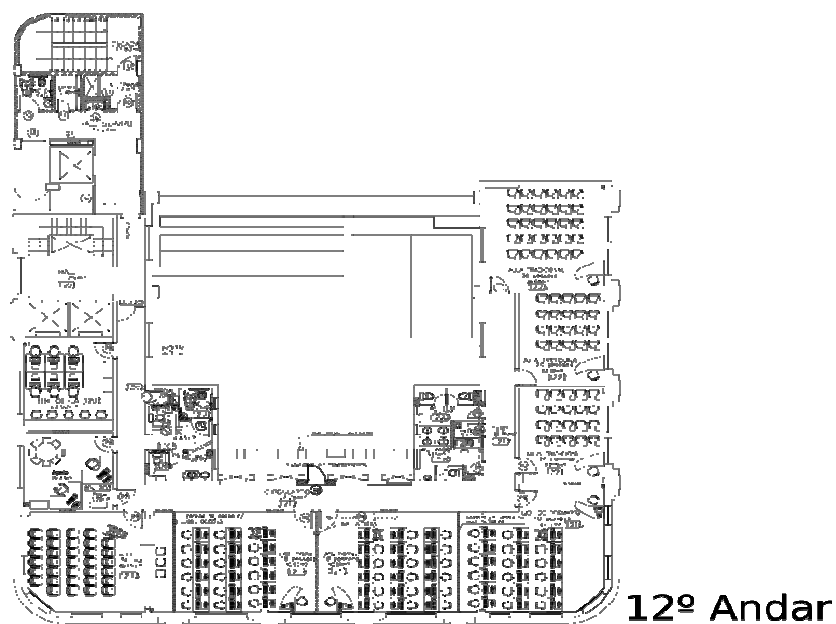


Figura 5. UTD – Projeto arquitetônico

5. CORREDORES DIGITAIS

A Ação Corredores Digitais faz parte do Programa Ceará Digital e compreende os Projetos Agentes Digitais e Incubadoras de TIC. É uma iniciativa da Secretaria da Ciência, Tecnologia e Educação Superior do Estado do Ceará – SECITECE e do Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Estado do Ceará - SEBRAE-CE. Conta ainda com as parcerias com os municípios contemplados e com o apoio das instituições de ensino das localidades onde será implantado.

Seu objetivo geral consiste em capilarizar o desenvolvimento através da ação indutora dos Agentes Digitais, gerando oportunidades de criação de negócios em TIC por jovens estudantes provenientes, preferencialmente, do ensino médio das escolas públicas, através do empreendedorismo inovador, via mecanismo de Incubadora de Empresas. Tem ainda como objetivos específicos:

- Propiciar o desenvolvimento da região, através dos agentes impulsionadores dos Projetos, os Agentes Digitais, principalmente o Agente de Coordenação e os Agentes de Articulação e Negócio, que funcionarão como articuladores entre os jovens, em cada município selecionado, as empresas, os entes públicos e a comunidade em geral, potencializando o empreendedorismo inovador.
- Criar incubadoras de TIC, voltadas para o desenvolvimento de software e conectividade de redes, em 10 municípios do Estado do Ceará, que atendam os requisitos mínimos estabelecidos para a Ação, e onde haja uma Instituição de Ensino e, preferencialmente, escritório regional do SEBRAE-CE, que possa dar capacitação ao processo de pré-incubação nas áreas de gestão tecnológica.

- Oferecer suporte técnico aos jovens selecionados para o processo de incubação, através de Agentes Digitais, no caso os Agentes Monitores, com formação específica em TIC, que atuarão junto às incubadoras.

Quanto ao público alvo do projeto, ele está distribuído da seguinte forma:

- Jovens egressos do Ensino Médio Regular;
- Na faixa etária entre 16 e 29 anos
- Formação:

Superior em TI, concluída ou com 50% dos créditos concluídos; ou

Formação de nível técnico em TI, concluída ou no último ano de conclusão; ou

Concluído um curso na área de TI com no mínimo 240hs contemplando desenvolvimento de software ou conectividade em redes.

Entretanto, devido a ausência de uma infra-estrutura de acesso, conforme mencionado no início deste relatório, apenas 02 incubadoras na região metropolitana foram implantadas, limitando assim a possibilidade de ampliação do projeto e por conseguinte, uma maior execução financeira. As figuras abaixo mostram as incubadoras dos municí





6. PROJETOS DE APOIO ÀS AÇÕES DO CEARÁ DIGITAL

Finalmente, como forma de dar suporte a todas essas ações, investimentos foram realizados no próprio Sistema de Ciência, Tecnologia e Educação Superior visando o fortalecimento da infra-estrutura tecnológica da Secitece e das Universidades Estaduais. Os investimentos das Universidades não encontram-se contabilizados dentro do programa Ceará Digital, pois com o propósito de cumprir com requisitos mínimos exigidos por lei para investimento em educação, eles estão alocados em um outro programa.

7. TABELA RESUMO DE INVESTIMENTOS

7.1. Programa 033 (Previsão de empenho até 23.12.2009)

Código Programa	Código Projeto	Descrição	Valor empenhado em 2009 (R\$)
033	18	Modernização da área de TI – UECE (Pauta da prox reunião do COGERF)	191.000,00
033	21	Modernização da área de TI – UVA (Pauta da prox reunião do COGERF)	103.000,00
033	24	Modernização da área de TI – URCA (Pauta da prox reunião do COGERF)	103.000,00
033	37	Aquisição de equipamentos – Incubadoras TIC (já aprovado pelo COGERF na reunião de 09.12.2009)	404.000,00
033	68	Implantação do Proj Piloto Agentes Inovação	245.600,00
033	102	Contratação Técnicos - UTD	0,00
033	74	Centro Digital do Ceará - CDC	612.000,00
		TOTAL 1	1.658.600,00

7.2. Projetos transferidos da Secitece para outros programas / Secretarias

Código Programa	Código Projeto	Descrição	Valor empenhado em 2009 (R\$)
		e-jovem (execução financeira inicialmente prevista pela Secitece, foi transferida para SEDUC)	5.398.885,00
		Reforma e adaptação física – Universidade do Trabalho Digital (recurso transferido para o DER)	1.500.000,00
		TOTAL 2	6.898.885,00

TOTAL = TOTAL 1 + TOTAL 2

TOTAL R\$ = 1.658.600,00 + 6.898.885,00

TOTAL R\$ = 8.557.485,00

ANEXO IX

Justificativa da SESA – Indicadores 7a e 9



**GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ**
Secretaria da Saúde

NOTA TÉCNICA

***Percentual de Equipes de PSF/AB classificados no
Sistema de Classificação de Qualidade de AMQ***

Vera Maria Câmara Coelho
Maria Imaculada Ferreira da Fonsêca

Fortaleza 02 de Dezembro de 2009



**GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ**
Secretaria da Saúde

Sumário

Apresentação

1. Caracterização do problema.

- Evolução do processo de adesão dos municípios a AMQ.
- Análise da participação dos municípios cadastrados quanto aos momentos avaliativos.
- Conclusões.

2. Ações desenvolvidos pela SESA.

3. Proposta de intervenção.

4. Perspectivas em relação ao indicador.



**GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ**
Secretaria da Saúde

Apresentação

Esta nota técnica tem como objetivo explicitar as razões do não atingimento da meta do indicador “Percentual de Equipes de PSF/AB classificadas no Sistema de Classificação de Qualidade de AMQ” para os anos de 2008 e 2009; apresentar as ações que foram desenvolvidas pela Secretaria de Saúde do Estado do Ceará e propor um plano de intervenção voltado para o alcance das metas estabelecidas.

Inicialmente foi feito uma caracterização do problema onde é apresentado a evolução do processo de adesão dos municípios a AMQ e em seguida uma análise de participação dos municípios cadastrados quanto aos momentos avaliativos.

Finalmente apresenta-se as perspectivas em relação ao cumprimento da meta do referido indicador.



**GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ**
Secretaria da Saúde

1. Caracterização do Problema

1.1 Evolução do processo de adesão dos municípios à AMQ.

A avaliação para melhoria da qualidade (AMQ) é uma metodologia de avaliação da qualidade em saúde estabelecida pelo Ministério da Saúde em 2006 na busca de contribuir para a prestação de serviços de qualidade na Atenção Primária.

A utilização da metodologia se dá por adesão dos municípios ao Sistema Nacional da AMQ.

No Ceará, o processo de adesão dos municípios à AMQ iniciou-se em 2006 com a participação de 98% dos municípios.

1.2 Análise da participação dos municípios cadastrados quanto aos momentos avaliativos.

Após a adesão à AMQ cada município deverá realizar três momentos avaliativos no período entre 6 a 12 meses.

No Ceará, até o mês de novembro de 2009 dos municípios cadastrados apenas 10,5 % realizaram a 1ª auto avaliação.



**GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ**
Secretaria da Saúde

Conclusões.

1. O Estado do Ceará teve uma excelente participação no que se refere à adesão dos municípios à AMQ.
2. Considerando que à AMQ é uma metodologia de auto-avaliação dos profissionais e gestores municipais, com registro de dados direto a um sistema nacional, a SESA não dispõe de mecanismos que possibilite o monitoramento em relação ao desempenho dos municípios.
3. A SESA necessita de apoio técnico e financeiro externo para a intervenção deste problema.

2. Ações desenvolvidas pela SESA

A Equipe Técnica do Núcleo de Atenção Primária Em Saúde – NUAP da SESA com o objetivo de fortalecer o processo de qualificação da AMQ nos municípios cearenses desenvolveu um conjunto de ações, que resultaram no grande número de adesão e na iniciação dos processos de autoavaliação.

Foram realizadas até a presente data, Oficinas sobre Avaliação para Melhoria da Qualidade – AMQ nas 03 (três) macrorregiões de saúde do Estado (Fortaleza, Sobral e Cariri) dirigidas aos 184 Coordenadores Municipais da Atenção Básica e o monitoramento das ações da AMQ exercidas pelos municípios após as capacitações Macrorregionais.



**GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ**
Secretaria da Saúde

3. Proposta de Intervenção

Apoio técnico e financeiro do BIRD para contratação das consultorias abaixo relacionadas.

I – Avaliação Externa do Processo AMQ.

II – Capacitação e Comunicação Social para Avaliação de Melhoria da Qualidade.

III - Sistema de Informação da AMQ.

Todas as propostas foram analisadas pelo consultor do BIRD, emitida a “Não objeção” e encaminhadas a Procuradoria Geral do Estado – PGE para abertura do processo licitatório.

4. Perspectivas em relação o alcance das metas do indicador.

O alcance das metas propostas para os anos 2008 e 2009, exige como pré-condição a realização das consultorias propostas em especial a consultoria 2.



**GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ**
Secretaria da Saúde

NOTA TÉCNICA

***Número de hospitais públicos e particulares no Estado
(hospital pólo) com sistemas padronizados de
contabilidade de custos e que remetem relatórios anuais
de custos a SESA***

Vera Maria Câmara Coelho
Maria Helena Lima Sousa

Fortaleza 02 de Dezembro de 2009



**GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ**
Secretaria da Saúde

Sumário

Apresentação

1. Caracterização do problema

- Evolução na implantação do Sistema de Custos em hospital público
- Histórico da implantação do sistema de custos com base na metodologia por absorção, no Estado do Ceará
- Dificuldades encontradas para o atingimento das metas do indicador
- Conclusões

3. Proposta de intervenção

4. Perspectivas em relação ao indicador



**GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ**
Secretaria da Saúde

Apresentação

Esta nota técnica tem como objetivo explicitar as razões do não atingimento da meta do indicador “Número de hospitais públicos e particulares no Estado (hospital pólo) com sistemas padronizados de contabilidade de custos e que remetem relatórios anuais de custos a SESA”; apresentar as ações que foram desenvolvidas pela Secretaria de Saúde do Estado do Ceará e propor um plano de intervenção voltado para o alcance das metas estabelecidas.

Inicialmente foi feita uma caracterização do problema onde é apresentado a evolução do processo de implantação de sistemas de custos hospitalares em hospitais públicos, em seguida, apresenta-se histórico da implantação do sistema de custos com base na metodologia por absorção, no Estado do Ceará, bem como dificuldades encontradas para iniciar o alcance das metas que se propõe o indicador em questão.

Finalmente apresenta-se as perspectivas em relação ao cumprimento da meta do referido indicador.



**GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ**
Secretaria da Saúde

1. Caracterização do Problema

1.1 Evolução na implantação do Sistema de Custos em hospital público.

Sistemas de custos hospitalares tem sido escassamente implantados em hospitais no Brasil, especialmente em hospitais públicos. No entanto, nos últimos anos alguns Estados tem discutido a necessidade de implantar sistemas de custos como base para orientar o planejamento de suas ações, preparar adequadamente o orçamento e buscar, através de processos comparativos, critérios para a redução dos custos e gastos em Saúde.

O Estado do Ceará tem sido pioneiro na implantação de sistemas de custos hospitalares em hospitais públicos, mas essas experiências não foram adiante por muito tempo. A primeira iniciativa foi a do Hospital Geral de Fortaleza (HGF) que durante o final dos anos oitenta e início dos noventa inovou com a emissão da Conta Hospitalar Pública, emitida em três vias (para o Estado, para o paciente e para o Conselho Estadual de Saúde) para que fossem aferidos os gastos hospitalares de cada indivíduo. A precariedade dos sistemas de processamento e armazenamento de dados em rede na época e o grande esforço para digitalizar todas as informações acabaram fazendo com que a experiência, na mudança de uma gestão para outra, fosse abandonada.

1.2 Histórico da implantação do sistema de custos com base na metodologia por absorção, no Estado do Ceará

Em anos mais recentes o Governo do Estado, através da SESA, voltou a implantar sistemas de custos em hospitais públicos do Estado, com base em uma metodologia de absorção, utilizando uma matriz de insumo-produto adaptada para o ambiente hospitalar por um professor da Universidade Federal do Ceará e cedida para a SESA que, por meio do Núcleo de Informática, desenvolveu um software por meio de um banco de dados delf na linguagem oracle. Atualmente este sistema está sendo redefinido numa linguagem web.

O Sistema de Custos acima mencionado se encontra implantado, desde 2006, em 15 unidades hospitalares e especializadas gerenciadas pela SESA por meio do Núcleo Economia da Saúde (NUCONS).



**GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ**
Secretaria da Saúde

1.3 Dificuldades encontradas para o atingimento das metas do indicador

Embora a SESA tenha acumulado conhecimento e experiência em sistemas de custos na área de saúde, com capacidade técnica para transferir tecnologia na implantação de novos centros de custos em outros hospitais, tem limitação de pessoal para ampliar seu sistema à unidades hospitalares de média complexidade, como é o caso dos Hospitais Pólo de Atenção Secundária que funcionam nas 22 microrregiões de saúde do Estado. Por outro lado, urge a necessidade de contribuir para melhorar o nível de eficiência desses hospitais que, embora municipais ou filantrópicos, não dispõem de conhecimento ou tecnologia para trabalhar com ferramentas gerenciais que contribuam para a otimização dos recursos.

Vale destacar que a maioria das metas previstas para 2008 não foi cumprida, dado a necessidade de investimentos em consultorias, com o uso da assistência técnica do projeto que não foram realizados em função do atraso na aprovação do projeto (Operação SWAP II).

O cumprimento das metas associadas ao indicador para o ano 2009 também dependerá da contratação em tempo hábil dos recursos de assistência técnica que permitirá o trabalho de base para o cumprimento dos indicadores. No entanto, se estima que tal cumprimento será difícil dado o atraso no início do projeto (março 2009).

A implantação do sistema se encontra na dependência da contratação de consultorias especializadas que permita desenvolver sistemas de custos em base web, facilitando o monitoramento e avaliação dos custos por diversos atores envolvidos no processo como: gestores municipais; gerentes microrregionais; gerentes estaduais, além de órgãos fiscalizadores e colegiados.

Por outro lado, existe a necessidade de compatibilizar a implantação do sistema de custos com os processos de informatização desses hospitais. Assim durante a primeira visita técnica, foi previsto um atraso no cumprimento da meta para 2009 (implantação do sistema de custos em 10 hospitais) ainda que esta, eventualmente possa ser recuperada entre 2010 e 2012.

2. Ações desenvolvidas pela SESA

Logo após o encaminhamento do Termo de Referência para a realização da Consultoria 1 (Validação do Método do Sistema de Apuração Custo) e da não objeção do Banco Mundial, a SESA seguiu os procedimentos para seleção da contratação de consultor individual, encaminhando manifestação de interesse para a Procuradoria Geral do Estado (PGE), estando no



**GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ**
Secretaria da Saúde

aguardo do retorno por parte da Entidade.

3. Proposta de Intervenção

Apoio técnico e financeiro do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BIRD) para contratação das consultorias abaixo relacionados:

- I. Validação do Método do Sistema de Apuração Custo previamente implantado nos Hospitais e unidades ambulatoriais do Estado: tem como objetivo avaliar a metodologia de custos por absorção utilizada em 6 hospitais e 9 unidades ambulatoriais que implantaram esse sistema no Estado do Ceará, com base na metodologia de Insumo-Produto.
- II. Definições e Ajustes do Modelo de Custeio por Absorção aos 15 hospitais-polo Identificados: tem por objetivo adaptar o modelo utilizado nos hospitais e unidades ambulatoriais especializadas do Estado aos hospitais-polo.
- III. Elaboração dos Termos de Referência para a Empresa que irá desenhar e implantar o software, em base web, para o sistema de custos por absorção nos hospitais polo: objetiva contratar um consultor individual, com marcada experiência no desenho e uso de softwares na área hospitalar, para especificar os termos de referência para a empresa que irá elaborar e implantar o software indicado.
- IV. Desenho e implantação do Software de Custeio por Absorção nos 15 Hospitais-Polo Identificados: tem por objetivos: (a) desenhar, com o apoio técnico das definições prestadas pelo consultor individual da Consultoria 2 e com a informação necessária dos sistemas de informação gerencial a ser implantado nos hospitais-polo, o software de custeio por absorção para os 15 hospitais-polo no Estado do Ceará; (b) realizar os testes, modificações e a implantação destes softwares na rede de hospitais-polo; (c) garantir que esse sistema, de base web, terá comunicação em intra-net e internet e acesso com senhas que garantam a segurança da informação e a proteção e sigilo dos pacientes; (d) assegurar, durante dois anos por contrato, a manutenção e revisão deste software.
- V. Estratégia de Capacitação e disseminação do uso do Software de Custeio por Absorção nos 15 Hospitais-Polo identificados: tem por objetivo, capacitar todos os funcionários dos



**GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ**
Secretaria da Saúde

hospitais-polo que passarão a utilizar o software de sistemas de custos por absorção.

4. Perspectivas em relação o alcance das metas do indicador

É esperado que as metas não cumpridas em 2008 e 2009, com o desenrolar das consultorias associadas à assistência técnica, possam ser recuperadas em 2010 e que os recursos do BIRD para pagamento das parcelas do SWAP II associados a esses indicadores possam ser efetivados de conformidade com o cronograma de desembolso.

ANEXO X

Nota Técnica da COGERH

CI 51_2009.doc/GEPLAN

Fortaleza, 7 de Dezembro de 2009

De: Luiz Fernando Gonçalves Viana
GEPLAN

Para: João Lúcio
DIPLAN

Assunto: Indicador SWAP 02

Prezado Diretor,

Fazemos referência ao indicador "*Percentual de água bruta distribuída a usuários industriais, agrícolas e de aquicultura*" no âmbito da Operação SWAP II. No dia 20/10/09 houve reunião do Comitê onde apresentamos que o indicador havia diminuído de 14% para 12%, quando a meta para 2009 é de 18%.

Em ofício encaminhado à Cogehrh em 30/10/09 a Diretora Geral do IPECE, Sra. Eveline Barbosa Silva Carvalho, solicitou que fossem adotadas providências cabíveis para garantir o atingimento da meta estipulada.

Neste sentido, realizamos uma análise detalhada sobre as causas da redução do indicador. Identificamos como principais causas o atraso na implementação da tarifa acordada no Grupo de Trabalho da Irrigação - GTI, bem como a necessidade de ajustar a estimativa do volume captado pelos irrigantes em 2009.

No que se refere às negociações para cobrança dos perímetro públicos de irrigação, a reunião do Conselho Estadual de Recursos Hídricos - CONERH para deliberar sobre a tarifa para o setor, conforme definido no GTI, está marcada para o dia 16/12/09. A partir de então, a cobrança para os perímetros deverá ser implementada via decreto.

Quanto à redução do volume captado de água bruta pelos irrigantes, dados do IBGE e IPECE apontam que houve redução de quase 30% da produção agrícola no Estado do Ceará devido as fortes chuvas ocorridas em 2009. A média histórica de chuvas no Estado é de 622 mm, enquanto em 2009 a média observada foi de quase 1.000 mm, causando a perda de grande parte das lavouras. Mesmo aqueles irrigantes que não perderam suas lavouras, reduziram a captação de água bruta da Cogehrh por causa do excesso de chuvas. Portanto, a estimativa de captação foi reduzida em 30% para readequar à realidade do setor em 2009.

Lembramos que os dados sobre as estimativas de captação são obtidos no banco de dados mantido pela Cogehrh, e elaborado a partir do cadastro de usuários realizado em todo o Estado no ano 2000. Em 2010 estará sendo realizado novo cadastro de usuários para atualizar a base de dados.

Diante do exposto, com base na nova estimativa de volume captado, o indicador atualizado até 30/11/09 é de 18,94%.

Atenciosamente,

Luiz Fernando Gonçalves Viana
Gerente de Planejamento e Controle

De acordo,

João Lúcio Farias de Oliveira
Diretor de Planejamento

ANEXO XI

Relatório Bimestral da CAGECE – Salvaguardas

RELATÓRIO DE ACOMPANHAMENTO TRIMESTRAL SALVAGUARDAS SWAP II

A Política de Reassentamento das Salvaguardas do SWAP II define princípios e procedimentos a serem seguidos no caso de alguma necessidade de reassentamento físico, assegurando que o projeto obedeça a Política de Reassentamento Involuntário (OP/BP 4.12). Define também que a população afetada deverá ser determinada caso a caso, baseado-se em estudos técnicos sociais que incluem o levantamento de campo, a avaliação social e a consulta ampla à população afetada. O objetivo é evitar ao máximo possível os reassentamentos e, portanto, prevê-se que a população afetada seja mínima ou inexistente.

Nesse contexto inserem-se os programas incluídos nas Despesas Elegíveis para o SWAP II do programa 711, Saneamento Ambiental do Ceará.

Dentre eles o SANEAR II é o mais importante. Trata-se de um programa de caráter vital para o desenvolvimento do Estado no setor de abastecimento de água e esgotamento sanitário.

Os outros dois programas menores são o Programa KfW e o Programa Alvorada. Estes programas têm como alvo cidades e comunidades das regiões mais pobres do interior do Estado do Ceará.

A seguir é descrito todo o processo de acompanhamento de reassentamento de famílias feito pelo Sanear II bem como as desapropriações do programa KfW II.

- **PROJETO ESPECÍFICO DE REASSENTAMENTO E COMPENSAÇÕES – PER DO PROGRAMA SANEAR II**

1- INTRODUÇÃO

O objetivo do PER é planejar toda a execução do processo de reposição das moradias afetadas pelas obras de implantação do sistema de esgotamento sanitário, respeitando as condições específicas das áreas e populações afetadas, assim como, as demandas de reassentamento. O Projeto abrange desde a etapa de caracterização socioeconômica da população afetada até a etapa de monitoramento e avaliação ex-post, após a implementação das soluções propostas.

O PER indeniza as famílias cujos imóveis estão na área de interferência do Programa SANEAR II e foram avaliados pela CAGECE no valor até R\$ 16.000,00 (dezesesseis mil reais) com a modalidade de permuta de moradia (troca-de-casa- porcasa) o mercado imobiliário. Este reassentamento induzido é realizado de forma amigável.

Esta modalidade de compensação é aplicável aos casos em que a família possui apenas um imóvel - aquele afetado e é residente no mesmo. Nos casos onde o imóvel afetado é alugado, o dono da habitação receberá indenização em dinheiro pela perda do bem e o inquilino poderá ser incluído nesta alternativa de permuta recebendo um novo imóvel até o valor de R\$16.000,00.

2 - FASES DO PER

A execução do PER envolve 3 (três) fases executivas básicas que são compostas por 21(vinte e uma) atividades e 2 (duas) fases de controle, sendo essas últimas representadas pelo Monitoramento e pela Avaliação Ex Post que possuem 3 (três) atividades. Seguem abaixo, as fases com suas respectivas atividades.

Fase I - Atividades Organizacionais Preparatórias

A1 Aprovação formal do PER pela CAGECE, enviando ao BID respectivo documento comprobatório

- A2 Decreto de Utilidade Pública, enviando ao BID cópia da publicação no Diário Oficial e em jornal de grande circulação
- A3 Criação da Comissão Coordenação do PER da CAGECE
- A4 Criação da Comissão de Coordenação dos Afetados
- A5 Estudos Complementares: Elaboração de dossiê por lote ou por família
- A6 Elaboração Cronograma Único (Obras, Desapropriações-Relocalizações, Concorrências, O.S.)
- A7 Rondas de Consulta com proprietários em Fortaleza

Fase II - Formalização social da afetação e início do controle da área afetada

- A8 Complementação do cadastro físico, socioeconômico e documental gerando dossiê por família
- A9 Elaboração de laudos técnico-sociais de viabilidade de remanescentes
- A10 Materialização da Poligonal de Desapropriação
- A11 Instalação de placas informativas; Marcação dos Imóveis; Entrega de Atestados de Beneficiário do PER

Fase III - Compensação perdas, realocação de população e início de obras

Troca de Casa-por-Casa

- A12 Busca de casas, realizada por cada família afetada seguindo critérios estabelecidos PER
- A13 Apresentação das propostas de venda à Comissão CAGECE
- A14 Avaliação dos imóveis propostos
- A15 Aquisição do novo imóvel

A16 Demolição das edificações, retirada de entulhos e desratização da área A17
Mudança das famílias

A18 Emissão de ordem de Serviço para início das obras de implantação Rede de Esgoto

Fase IV - Monitoramento

A19 Construção da Linha Base famílias alvo realocização: (i) determinação Grupo de Controle; (ii) aplicação formulários em famílias afetadas e em famílias componentes do grupo de controle; (iii) Concepção do Banco de dados, e carregamento do sistema.

A20 Construção Linha de Base famílias alvo de indenização (i) elaboração de fichas com dados físicos,documentais e Sócio-econômicos de cada caso; (ii) carregamento dos dados no sistema banco de dados; estratégia operacional para localizar famílias um ano após o pagamento da indenização.

Fase V - Avaliação ex-post

A21 Realizada um ano após execução do processo de compensação de perdas e realocização de população, segundo modelo indicado no presente documento.

3 - CONTEÚDO DOS DOSSIÊS POR FAMÍLIA

- a) Laudo de avaliação do imóvel afetado pelo Programa SANEAR e do imóvel novo;
- b) Cadastro socioeconômico;
- c) Atestado de beneficiário;
- d) Cópia da documentação do imóvel afetado e do imóvel novo (IPTU, escritura, contrato de compra e venda, recibo, contas de água e energia);
- e) Cópia da documentação do beneficiário e do vendedor (RG, CPF, Certidão de casamento e de nascimento);

- f) Cópia do ofício de abertura de conta bancária e crédito de recursos bloqueados para Caixa Econômica Federal;
- g) Cópia do ofício de abertura de conta bancaria e crédito de recursos bloqueados para o vendedor;
- h) Cópia do ofício da Caixa Econômica Federal para a UGP SANEAR informando da abertura de conta poupança em nome do vendedor;
- i) Cópia do comprovante de depósito da conta poupança em nome do vendedor;
- j) Cópia do ofício de desbloqueio de recursos para a Caixa Econômica Federal
- k) Cópia do ofício da Caixa Econômica Federal informando o desbloqueio de recursos;
- l) Cópia do ofício de desbloqueio de recursos para o vendedor
- m) Cópia do Contrato de Compra e Venda do imóvel novo onde entre si celebram, comprador, vendedor e CAGECE como interveniente;
- n) Termo de desocupação do imóvel novo;
- o) Termo de recebimento do novo imóvel e desocupação do imóvel afetado.

4 - PREVISÃO DE REASSENTAMENTO E ESTIMATIVA DE CUSTOS/INVESTIMENTOS

Atualmente existem cadastradas no PER **137 famílias** (sendo 111 troca-de-casa e 26 indenizações em dinheiro), que estão sendo indenizadas em dinheiro ou na modalidade de permuta da moradia afetada por moradia adquirida no mercado imobiliário (troca-de-casa-por-casa). As famílias que serão indenizadas em dinheiro são aquelas proprietárias não residentes dos imóveis afetados pelo Programa SANEAR II.

Estimam-se investimentos na ordem de **R\$ 2.061.000,00** para os reassentamentos das famílias cadastradas no PER/SANEAR II para troca-de-casa-por-casa.

QUADRO DESCRITIVO DOS REASSENTAMENTOS POR SUB-BACIA

SUB-BACIAS SANEAR II	TIPO/MODALIDADE DE INDENIZAÇÃO		Nº. DE FAMÍLIAS REASSENTADAS EM 2009	PREVISÃO DE REASSENTAMENTO (TROCA DE CASA) EM 2009
	TROCA DE CASA POR CASA	EM DINHEIRO		
CD2	5	0	0	As atividades sociais irão ser retomadas no mês de novembro
CE6	42	0	0	
SE1	19	6	0	05 reassentamentos no mês de novembro
SE2	15	0	13	02 reassentamentos no mês de novembro
SD6	30	20	2	05 reassentamentos no mês de novembro
TOTAL	111	26	15	12 reassentamentos no mês de novembro/09

5 - ATIVIDADES REALIZADAS EM 2009

ATIVIDADE	OBJETIVO	QUANT.	SUB BACIA	PUBLICO PARTICIPANTE
Entrega de atestado de beneficiário	Comunicar as famílias cadastradas sobre sua inclusão no PER/SANEAR II	10	SE2	42
		46	SD6	193
		15	SE1	61
Reunião Comunitária	Informar as famílias beneficiadas sobre PER/SANEAR II	3	SD6	117
		2	SE1	45
		1	SE2	17
		1	CD3	25
Oficina de brinquedos com garrafa PET e Teatro de Fantoches	Sensibilizar para consciência ecológica e reaproveitamento de materiais	1	SD6	31
Oficina de embalagens para presentes	Sensibilizar para consciência ecológica e incentivar a geração de renda	2	SD6	
		2	SE2	20
Avaliação Ex.Post	Avaliar os impactos causados pela implantação do PER e Programa SANEAR II	1	SE2	7
		1	SE2	13
Reuniões com as Comissões de Gestão Compartilhada do PER	Discutir o andamento dos projetos e indenizações das subbacias dos rios Siqueira/Maranguapinho e Cocó	10	-	16
Reassentamento de famílias	Reassentar famílias para liberação da área para implantação das obras do Programa SANEAR II	12	SE2	50
		2	SD6	8

6 - MECANISMOS DE PARTICIPAÇÃO

Como forma de criar um elo entre comunidade e CAGECE, a Companhia disponibiliza os serviços do sistema de reclamações e atendimento ao cliente através do número 0800-2750195, bem como 14 lojas de atendimento localizadas nos bairros de Fortaleza.

Dentro do programa social do PER está previsto rondas de consultas com a população beneficiada pelo Programa SANEAR II, tais como: audiência pública, assembléia geral, formação do grupo de apoio, grupo de controle e reuniões comunitárias.

No Programa de Interação Social, está previsto a formação do Comitê de Acompanhamento Socioambiental-CASA, onde são realizadas reuniões por quadra na comunidade para escolha de um representante, sendo estas , sistemáticas com estes grupos.

7- COMISSÕES E COMITÊS DE APOIO

A Comissão de Gestão Compartilhada do PER é composta pela comissão de coordenação do PER, coordenado pela Sta. Rosana Fernandes, supervisora socioambiental da UGP SANEAR, com seis componentes e o Comitê de Apoio ao PER coordenado pelo Sr. Alysson César, gerente da UGP SANEAR, com oito componentes.

Essas comissões são multidisciplinares e formadas por diferentes áreas, técnicos e setores da CAGECE, a exemplo: ações jurídicas (Procuradoria Jurídica - PROJU e advogado contratado pela UGP SANEAR); ações de educação ambiental e sanitária e execução do plano social (Gerência de Educação e Interação Social - GEINS); Gerência de Projetos e Avaliação Topográfica (GPROJ); plano e fiscalização de obras (Gerência de Obras Metropolitana - GOMET); Gerência de Obras do Plano de Aceleração do Crescimento (GOPAC).

As reuniões ocorrem mensalmente objetivando solucionar problemas e agilizar os processos administrativos pendentes de reassentamento e indenizações, além de nivelar informações sobre possíveis mudanças nos projetos de engenharia.

8 - LIÇÕES DE APRENDIZAGENS NOS REASSENTAMENTOS QUE CONTRIBUIRÃO PARA OS NOVOS REASSENTAMENTOS

A realização de reassentamento junto às famílias beneficiárias das sub-bacias do Programa SANEAR II, trouxe algumas aprendizagens, tais como:

- A insuficiência de unidades habitacionais populares em oferta nos bairros afetados em Fortaleza, fez com que a UGP SANEAR II elaborasse um banco de imóveis , baseado em pesquisas em jornais locais e busca de casas pela Equipe Social. Esse banco de imóveis é atualizado diariamente pela equipe social, para subsidiar e agilizar a troca de casa;
- O processo de reassentamento que antes levava 3 meses para reassentar uma família afetada, foi reduzido para 28 dias, com a contratação de uma equipe social na UGP SANEAR II para realizar, especialmente, os reassentamentos das famílias afetadas;
- O processo de reassentamento permitiu a recuperação de clientes (famílias afetadas e proprietários-vendedores) que estavam com dívidas junto à Cagece;
- A equipe social trabalhou com as comunidades afetadas estimulando-as a participarem do programa Ecoelce da Companhia Energética do Ceará, para possibilitar descontos nas contas de luz e despertar a consciência ecológica coletiva;
- Foram realizadas parcerias com instituições governamentais que oferecem cursos e encaminhamento ao mercado de trabalho, a exemplo da Gerência de Pessoas (GEPES) da CAGECE com o SINE/IDT, além de oficinas de orçamento doméstico, em parceria com o departamento de Economia Doméstica da Universidade Federal do Ceará - UFC .

9 - AVALIAÇÃO EX-POST

O PER será objeto de uma avaliação, a ser realizada um ano após implantadas as modalidades de compensação e realocização de famílias preconizadas no plano. Constitui objetivo da avaliação, identificar, medir e analisar os efeitos da desapropriação e realocização nas condições de vida das famílias afetadas.

Para tanto, será observado o comportamento de algumas variáveis na situação anterior e posterior as desapropriações e realocização, sendo elas: a) perfil físico e sanitário das residências; b) condição de propriedade; c) trabalho e renda familiar; d) orçamento familiar; e) saúde familiar.

10 - EQUIPE DE COORDENAÇÃO E EXECUÇÃO DO PER/SANEAR II

- a) 01 Supervisora Socioambiental
- b) 02 Assistentes Sociais
- c) 01 Pedagoga
- d) 05 agentes administrativos nível médio

- **DESAPROPRIAÇÕES – PROGRAMA KfW II**

A Companhia de Água e Esgoto do Ceará tem como fundamento a solução de desapropriações através de processos administrativos (amigáveis), quando isso não é possível é que o tratamento das pendências torna-se judicial.

No processo administrativo é realizada a vistoria inicial em campo, para conhecimento da área e pesquisa de mercado local, também nesta visita é informado ao proprietário da possível desapropriação.

Quando é finalizada a Vistoria inicial é produzido o Laudo de Avaliação, onde com base nos levantamentos de pesquisa de campo do valor do metro quadrado praticado no local é que se propõe o valor a ser negociado. Este valor quando lançado no laudo dá uma referência para uma possível negociação com o proprietário.

Quando da aceitação deste valor por parte do proprietário é lavrada a escritura em cartório transferindo a propriedade para a CAGECE. Caso o proprietário não concorde com os valores propostos no laudo, o processo tornar-se judicial onde após o ingresso na esfera judicial o JUIZ determina a Imissão de Posse para esta Companhia e no decorrer do processo judicial é que se vai discutir valores.

Desta forma, todas as áreas ingressadas na Gerência de Avaliação e Desapropriação de Imóveis - GEADI é encarada como Amigável e só posteriormente com a inexistência de acordo ou a inexistência de proprietário é que o processo é transformado em Judicial.

Atualmente a GEADI está trabalhando para liberar as obras do Grupo III e IV do programa KfW II (ver Anexo I), a perspectiva é a liberação das áreas até o final do mês de Dezembro deste ano corrente.

Para o Grupo I e Grupo II do KfW II temos a seguinte situação:

- Município de Aracati
 - Cajazeiras - área liberada para execução da obra (Autorização do proprietário)

- Santa Tereza - área liberada para execução da obra (Autorização do proprietário)
- Outeiro - área liberada para execução da obra (Autorização do proprietário)
- Tábua Lascada - área liberada para execução da obra (Autorização do proprietário)
- Município de Jaguaruana
 - Borges - área liberada para execução da obra (Autorização do proprietário)
 - Giqui - área liberada para execução da obra (Autorização do proprietário)
 - Miguel Pereira - área liberada para execução da obra (Autorização do proprietário)
 - Peixes - área liberada para execução da obra (Autorização do proprietário).

No Anexo I é apresentado todo o acompanhamento das desapropriações para o programa KfW II.

Fortaleza, 05 de novembro de 2009

Alysson Cesar Azevedo da Silva

Gerente UGP-Sanear

Paulo Henrique Holanda Pascoal

Gerente de Avaliação e Desapropriação de Imóveis - GEADI

Emiliana Leite Filgueiras

Gerente de Planejamento de Expansão - GPLAN

ANEXO I - ACOMPANHAMENTO DAS DESAPROPRIAÇÕES - PROGRAMA K1W II

ITEM	MUNICIPIO	GRUPO	LOCALIDADE	DESCRIÇÃO DA ÁREA	TIPO DE SISTEMA	PREVISÃO DE OBRA	TIPO DE DESAPROPRIAÇÃO	STATUS DA DESAPROPRIAÇÃO	PROCESSO							
									DECRETO	LAUDO	CUSTAS	PETIÇÃO	INGRESSO	DEFERIMENTO	IMISSÃO DE POSSE	ESCRITURA
1	Aracati	I	Cajazeiras	REL E ETA	SAA	FEV/2009 a DEZ/2009	AMIGÁVEL	AUTORIZAÇÃO	OK							
2				ETA			AMIGÁVEL	AUTORIZAÇÃO	OK							
3				ACESSO			AMIGÁVEL	AUTORIZAÇÃO	OK							
4			Santa Tereza	ETA			AMIGÁVEL	AUTORIZAÇÃO	OK	OK						
5			Outeiro	POÇO TUBULAR			AMIGÁVEL	AUTORIZAÇÃO	OK	OK						
6			Tábua Lascada	POÇO TUBULAR 04 - ETA - REL			JUDICIAL	AUTORIZAÇÃO	OK	OK						
7	Jaguaruana	II	Borges	ETA E PT	SAA	SET/2009 a MAIO/2010	AMIGÁVEL	AUTORIZAÇÃO	OK	OK						
8			Giqui	POÇO TUBULAR 01			JUDICIAL	AUTORIZAÇÃO	OK	OK						
9				POÇO TUBULAR 02			JUDICIAL	AUTORIZAÇÃO	OK	OK						
10				ACESSO			JUDICIAL	AUTORIZAÇÃO								
11				CAPITAÇÃO			JUDICIAL	AUTORIZAÇÃO								
12				ADUTORA			JUDICIAL	AUTORIZAÇÃO								
13			ETA	AMIGÁVEL			AUTORIZAÇÃO									
14	Russas	Miguel Pereira do Mauro	ETA, PT E ACESSO	AMIGÁVEL	AUTORIZAÇÃO											
15		Peixes	CAPITAÇÃO	AMIGÁVEL												
16			ETA	AMIGÁVEL	AUTORIZAÇÃO	OK	OK									
17	Canindé	Bonito	ETA					OK								
18			ADUTORA DE ÁGUA					OK								
19			ADUTORA DE ÁGUA TRATADA				OK									
20	Pedra Branca	Capitão Mor	ETA	AMIGÁVEL	AUTORIZAÇÃO	OK	DOAÇÃO: LEI Nº 366/2008 DE 10/12/2009									
21	Boa Viagem	Ipiranga	ADUTORA					OK								
22			ETA					OK								
23	Banabuiú	Panamá	ETA					OK								
24	Madalena	Macaoca	POÇO TUBULAR 01					OK								
25			POÇO TUBULAR 02					OK								
26			ETA E REL 02					OK								
27		Espingheiros	ETA					OK								
28			TAU 01					OK								
29	TAU 02						OK									
30	Senador Pompeu	Codiá	ADUTORA DE ÁGUA BRUTA					OK								
31			ETA					OK								

ANEXO I - ACOMPANHAMENTO DAS DESAPROPRIAÇÕES - PROGRAMA K1W II

ITEM	MUNICIPIO	GRUPO	LOCALIDADE	DESCRIÇÃO DA ÁREA	TIPO DE SISTEMA	PREVISÃO DE OBRA	TIPO DE DESAPROPRIAÇÃO	STATUS DA DESAPROPRIAÇÃO	PROCESSO										
									DECRETO	LAUDO	CUSTAS	PETIÇÃO	INGRESSO	DEFERIMENTO	IMISSÃO DE POSSE	ESCRITURA			
58	Iracema	V	Bastões	ETA	SAA	ABR/2010 a DEZ/2010			OK										
59			Mineiro	ETA			AMIGÁVEL	AUTORIZAÇÃO											
60	Jaguaribara		Curupati	ETA			AMIGÁVEL	AUTORIZAÇÃO											
61				REL 02			AMIGÁVEL	AUTORIZAÇÃO											
62	Ocara		Batente / Oitenta / Lg. Bonita / Regos	REL 02							OK								
63	Russas		Sítio Pau D'arco	ETA			AMIGÁVEL	AUTORIZAÇÃO			OK								
64	Pedra Branca	VII	Capitão Mor	ETA	SAA	FEV/2011 a OUT/2011	AMIGÁVEL	AUTORIZAÇÃO											
65			Sítio São José	ETA			AMIGÁVEL	AUTORIZAÇÃO											
66	Morada Nova		Boa Água	ETA			AMIGÁVEL	AUTORIZAÇÃO											
67			Poço das Serras	ETA			AMIGÁVEL	AUTORIZAÇÃO											
68			Lagoa da Barbada	ETA			AMIGÁVEL	AUTORIZAÇÃO											
69			Russas	Bom Sucesso			POÇO TUBULAR E ETA					OK	OK						
70	Aracati	Cohab (*)	ETA					OK											
71			POÇO TUBULAR 01 E ABRIGO		OK														
72	Boa Viagem	Várzea das Ipueiras	POÇO TUBULAR 01 E ACESSO				JUDICIAL												
73			POÇO TUBULAR 02		JUDICIAL														
74	Tabuleiro do Norte	VII	Olho D'Água da Bica	POÇO TUBULAR 01	SAA	FEV/2011 a OUT/2011													
75			Saco Verde e Adjacentes																
76			Cabeça da Ladeira e Adjacentes																
77			Jaguaribara	Sossego / Sabiá															
78	Banabuiú		Pedras Brancas																
79	Itatira		Xerem I e Xerem II																
80	Alto Santo		Castanhão																
81	Itaíçaba		Logradouro	POÇO TUBULAR			AMIGÁVEL	AUTORIZAÇÃO											

ANEXO XII

Ofício da SEDUC – Indicador 5



GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ
Secretaria da Educação

Ofício GAB. Nº. 2354/09

Fortaleza, 18 de novembro 2009

A Senhora,
Eveline Barbosa Silva Carvalho
Diretora Geral IPECE – Respondendo
Coordenadora Geral Operação SWAPP II
NESTA/

Prezada Senhora,


Em atenção ao Ofício nº 22/2009 referente à Operação SWAP II, e Acordo de Empréstimo assinado em 19/03/2009 com o Banco Mundial, no qual a Secretaria da Educação é responsável pelo alcance do indicador primário “Resultados das Avaliações externas do 2º, 5º, 9º e 12º anos processados e publicizados em nível de cada escola pública do Estado, juntamente com o relatório das melhores práticas”, confirmamos, conforme reunião com o Banco, a dificuldade quanto ao prazo de cumprimento desse indicador.

Ratificamos que a impossibilidade decorre em virtude dos processos avaliativos de 2009 ocorrerem em final de novembro e início de dezembro, respectivamente.

Podemos, no entanto, disponibilizar ao Banco, como evidência, os dados gerais preliminares das avaliações que por essa característica, não poderão ser publicados em site.

Informamos, que os dados de 2008, referentes a esse indicador estão disponíveis no site da SEDUC – www.seduc.ce.gov.br e www.caedufff.br, link SPAECE.

Atenciosamente,


Maria Izolda Cela de Arruda Coelho
SECRETÁRIA DA EDUCAÇÃO

ANEXO XIII

E-mail da CIDADES – Salvaguardas

----- Mensagem encaminhada de terci@idades.ce.gov.br -----

Data: Fri, 27 Nov 2009 14:44:57 -0300
De: terci@idades.ce.gov.br
Assunto: Resíduos Sólidos - Secretaria das Cidades
Para: cristinamedeiros@ipece.ce.gov.br, eveline@ipece.ce.gov.br
Cc: Edmundo Olinda <edmundo@idades.ce.gov.br>

Prezadas Eveline e Cristina,

Em reunião do Comitê SWAP realizada em 26/11/2009, foi solicitado informações a respeito das ações da Secretaria das Cidades referente a destinação dos Resíduos Sólidos no Estado do Ceará.

A respeito, informamos que, buscando resolver o problema referente a destinação final de Resíduos Sólidos, o Estado do Ceará adotou como política de Governo, a implantação de Aterros Sanitários Regionais Consorciados.

Em 2005 foi realizado um estudo, pela PROINTEC, que definiu o melhor agrupamento de municípios visando a construção de aterros sanitários consorciados.

Baseado no referido estudo, foram formalizados os Consórcios Públicos Regionais de Resíduos Sólidos para a região de Camocim, Crato, Limoeiro do Norte, Jaguaribara, Pacatuba, São Benedito, Tauá, Sobral, Baturité, Paracuru, Pedra Branca e Viçosa do Ceará.

Está em andamento uma licitação para contratar empresa de consultoria para formar mais 15 Consórcios Públicos Regionais de Resíduos Sólidos para a região de Aracati, Cascavel, Acaraú, Itapajé, Itapipoca, Pacajús, Canindé, Crateús, Nova Russas, Quixadá, Ipú, Assaré, Icó, Iguatu e Milagres.

Com a formalização dos consórcios, foi iniciado processo de elaboração de edital para a contratação dos 8 (oito) projetos dos aterros sanitários, dos quais, tiveram Convênios firmados com a FUNASA, os da região do Cariri, Sobral, Camocim e São Benedito.

Os projetos a serem elaborados contemplam projetos executivos de engenharia para implantação de aterro sanitário, centro de triagem e estações de transferência, incluindo os estudos ambientais, análise econômico-financeira e revisão do plano de gestão, planos de operação, manutenção e monitoramento das unidades projetadas e projeto de encerramento de lixões existentes.

A elaboração dos projetos, viabilizará a captação de recursos para a construção dos aterros sanitários regionalizados.

Atenciosamente,

Tércia Pinheiro
Orientadora da Célula de Saneamento Básico
Coordenadoria de Saneamento Ambiental
Secretaria das Cidades
Fone: (85)3101.4473

Governo do Estado do Ceará - Secretaria das Cidades.

----- Final da mensagem encaminhada -----